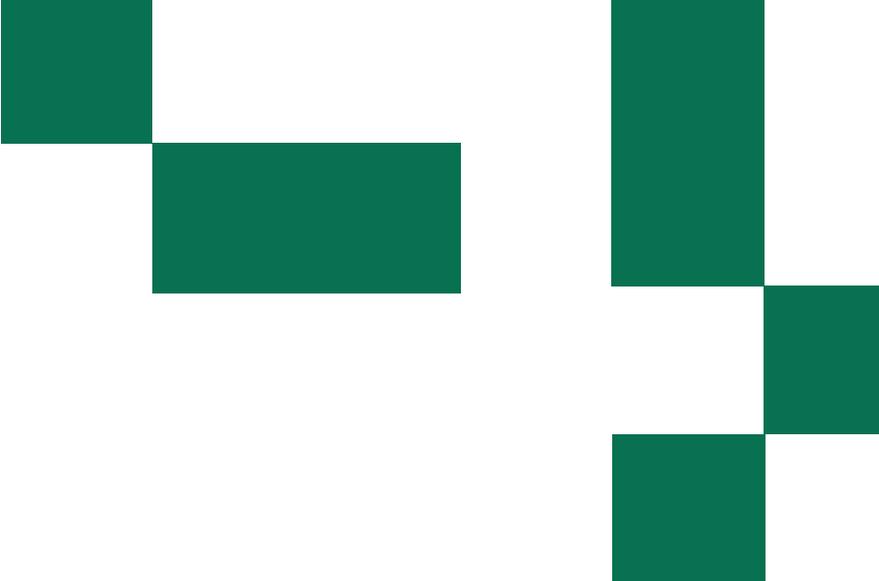


INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS FORÇAS DE SEGURANÇA:

CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS PARA O PARANÁ

ORGANIZADORES

Luiz Rodrigo **Grochocki**
Alexandre Gori de **Castilho**
Danyelle **Stringari**
Elaine Cristina **Lopes**
Fabiane **Fortes**
Gisele Maria **Ratigueri**



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS FORÇAS DE SEGURANÇA:

CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS PARA O PARANÁ

Luiz Rodrigo **Grochocki**
Alexandre Gori de **Castilho**
Danyelle **Stringari**
Elaine Cristina **Lopes**
Fabiane **Fortes**
Gisele Maria **Ratiguieri**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS FORÇAS DE SEGURANÇA:
contribuições acadêmicas para o Paraná / Grochocki, Luiz Rodrigo; Gori,
Alexandre de Castilho; Stringari, Danyelle; Lopes, Elaine Cristina
Fortes, Fabiane; Ratiguieri, Gisele Maria (Orgs). 1 ed. Paranaguá:
Funespar, 2024.

131 p. . il.

1 e-book: (PDF)

Disponível em: <https://www.funespar.org/editora-funespar>

ISBN: 978-65-88181-08-9

1. Segurança pública. 2. Inovação. 3. Tecnologia. 4. Gestão pública.
5. Paraná. I. Grochocki, Luiz Rodrigo. II. Residência Técnica de Segurança
Pública. III. Título

Catalogação na publicação: Fábio Rogério Batista Lima - CRB - 9/2078

Projeto Gráfico

Luiza Urban

Diagramação

Mariana Vanin

Revisão

Daniele Solana Minozzo

Resultado do desafio proposto aos discentes da disciplina
Tecnologia da Informação Aplicada à Segurança Pública

**Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação Lato Sensu
em Gestão da Segurança Pública - RESTEC - GESP**

ORGANIZADORES

Luiz Rodrigo **Grochocki**
Alexandre Gori de **Castilho**
Danyelle **Stringari**
Elaine Cristina **Lopes**
Fabiane **Fortes**
Gisele Maria **Ratiguieri**

EQUIPE TÉCNICA

André **Weizmann** | Tecnólogo de Informação
Camila **Koftun** | Designer Educacional
Luiza **Urban** | Técnica em Artes Visuais
Mariana **Vanin** | Designer Revisora Diagramadora
Raphaela **Lazaro** | Administradora

AUTORES

Alan Eduardo Silva **Gazola**
Amanda Letícia **Magro**
Ana Cristiane Weber Falcão Melo da **Silva**
Arthur José **Borsato**
Beatriz Cristina Varela **Borgo**
Bethania Viana de **Oliveira**
Brena Pantoja **Guimarães**
Bruna Antunes Santos **Soares**
Bruna dos Santos **Silva**
Carolina **Argenta**
Carlos Eduardo **Centenaro**
Cássia Rodrigues **Duquia**
Damaris Durski de **Moraes**
Gabriel Quirino **Dalpoz**
Gabriella Filibrante **Anderson**
Giovanna Storrer **Garib**
Gislaine dos Santos **Facco**
Guilherme Ramos **Schuindt**
Haysa Gabriella **Peters**
Isabel Macena **Pagnoncell**
Jennifer de Oliveira **Martins**
Jeniffer Riscielly De **Souza**

Jorge Willian da Silva dos **Santos**
Josiane Gonçalves de **Andrade**
Joice de Fatima **Colere**
Kelly Vanessa **Pacheco**
Kelvin Fogaça **Palhano**
Letícia Bizerra **Cherobim**
Lorena Pioli Alberti **Siqueira**
Luara Krishna **Caron**
Luis Felipe Biora **Comim**
Luiza Azevedo **Tavares**
Lucinete Santana dos **Santos**
Mailon Diego da Silva **Andriollo**
Marina de Oliveira **Modesto**
Nathalia Januário **Buono**
Paola Caroline **Alves**
Rachel **Ribeiro**
Rafaela Conte **Soares**
Rafaela Sirino **Pedro**
Rodrigo **Ramos**
Stephania Macedo de **Vasconcelos**
Tania **Sezanosky**
Thiago Bernardi **Bodeu**

AGRADECIMENTOS

Com imensa satisfação, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP) celebram o sucesso da parceria que culminou na criação do Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão da Segurança Pública - RESTEC - GESP. Este programa inovador não apenas proporcionou aos alunos uma formação de excelência, mas também uma visão crítica sobre o impacto transformador que a tecnologia da informação pode ter nos setores das forças de segurança.

A partir de conhecimento teórico e de experiências práticas, os residentes foram ao longo do curso estimulados a identificar soluções setoriais, operacionais e tecnológicas que contribuíssem com a otimização dos processos no campo da segurança pública, o que resultou em sua vasta produção acadêmica.

Agradecemos a todos os envolvidos no projeto – desde os coordenadores e professores da Universidade Estadual do Paraná, até os profissionais das forças de segurança que compartilharam seu conhecimento e experiência. A dedicação de cada um foi fundamental para o êxito da iniciativa.

Esta parceria reflete o compromisso com o aprimoramento contínuo dos serviços públicos, que tem o como objetivo o desenvolvimento de um estado mais seguro e eficiente baseado nos pilares da ciência e a tecnologia. Estamos confiantes de que os frutos deste programa de ensino continuarão a impactar positivamente a nossa comunidade, inspirando novos projetos e colaborações.

Nosso sincero agradecimento a todos que acreditaram e investiram neste projeto. Que esta seja apenas a primeira de muitas iniciativas conjuntas em prol da segurança e do progresso tecnológico no Paraná.

Atenciosamente,

SOBRE O PROGRAMA

O Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão da Segurança Pública - RESTEC-GESP, ofertado pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR em parceria com a Secretaria Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI/PR e com a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná - SESP/PR tem como propósito fomentar o aprimoramento teórico-prático de profissionais recém-formados em Cursos de Graduação de diversas áreas do conhecimento.

O Programa possui dois eixos: teórico e prático. No âmbito prático, o programa RESTEC - GESP oportuniza a atuação de profissionais selecionados em atividades práticas realizadas em um órgão da administração direta ou autárquica do Estado do Paraná, de acordo com a área de atuação pretendida pelo aluno residente. No âmbito teórico, o programa tem por finalidade proporcionar aos alunos residentes aprofundamento teórico relacionado às diferentes áreas de atuação as quais o programa se destina, de forma a contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal dos residentes e, para tanto, o programa incorpora um Curso de Pós-Graduação em Gestão da Segurança Pública - RESTEC GESP ofertado na modalidade de educação à distância - EAD, vinculado à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR campus de Paranaguá.

SOBRE A DISCIPLINA:

Tecnologia da Informação Aplicada à Segurança Pública

A disciplina Tecnologia da Informação Aplicada à Segurança Pública é uma área de estudo que se concentra em como as tecnologias podem ser usadas para melhorar a eficiência e eficácia da aplicação da lei e da segurança pública. Nesta disciplina foram abordados temas que incluem sistemas de vigilância e monitoramento, análise de dados, tecnologia de reconhecimento facial, sistemas de comunicação, sistemas de informação geográfica, tecnologias para controle de fronteiras, segurança cibernética, tecnologia de detecção de explosivos e muitos outros. Os estudantes que buscam formação nessa área aprendem como essas tecnologias podem ser integradas em operações policiais e de segurança pública, ajudando a melhorar a tomada de decisão, a prevenção de crimes, a investigação e a resposta a incidentes. O objetivo principal da disciplina foi fornecer uma base sólida de conhecimentos e habilidades para os profissionais da área de segurança pública, permitindo-lhes compreender e aplicar as tecnologias mais recentes para melhorar a segurança da população e enfrentar os desafios da segurança pública no mundo moderno.

SOBRE O DESAFIO

Os trabalhos foram analisados e classificados como artigos e relatos, levando em consideração a estrutura governamental/pública em que o residente estava inserido. Ao término da disciplina, foi lançado um desafio aos alunos: "Identificar uma área ou processo dentro da estrutura governamental/pública que precise ser informatizada". Para isso, foram pontuados dois aspectos cruciais que deveriam nortear as escritas:

1. Descrever a função da área ou processo escolhido, identificando os dados (abertos ou fechados) disponíveis e detalhando os procedimentos manuais atualmente realizados.
2. Elaborar um plano claro e objetivo para a informatização do processo, incluindo as etapas necessárias para a implementação e os benefícios esperados.

Os trabalhos foram analisados, e os melhores resultados foram reunidos neste documento com o objetivo de fomentar um debate sobre as necessidades identificadas e discutir como a tecnologia pode contribuir para aumentar a efetividade das forças de segurança do estado do Paraná.

Desejamos uma boa leitura.

ÍNDICE

ARTIGOS

PCPPR

POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DO PARANÁ

<i>Mailon Diego da Silva Andriollo</i>	15
<i>Luis Felipe Biora Comim</i>	21

DEPPEN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ

<i>Alan Eduardo Silva Gazola & Brena Pantoja Guimarães</i>	27
--	----

RELATOS

SESP

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

<i>Lucinete Santana dos Santos</i>	35
<i>Damaris Durski de Moraes</i>	39
<i>Josiane Gonçalves de Andrade</i>	41
<i>Bruna dos Santos Silva</i>	43
<i>Carlos Eduardo Centenaro</i>	45
<i>Gabriel Quirino Dalpoz</i>	47
<i>Joice de Fatima Colere</i>	49
<i>Isabel Macena Pagnoncelli</i>	51
<i>Kelvin Fogaça Palhano</i>	54

PCPPR

POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DO PARANÁ

<i>Paola Caroline Alves</i>	57
<i>Beatriz Cristina Varela Borgo</i>	59
<i>Bethania Viana de Oliveira</i>	61
<i>Tania Sezanosky</i>	63
<i>Thiago Bernardi Bodeu</i>	66

DEPPEN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ

<i>Amanda Letícia Magro</i>	69
<i>Ana Cristiane Weber Falcão Melo da Silva</i>	71

<i>Gabriella Filibrante Anderson</i>	73
<i>Giovanna Storrer Garib</i>	74
<i>Guilherme Ramos Schuindt</i>	76
<i>Haysa Gabriella Peters</i>	78
<i>Jennifer de Oliveira Martins</i>	80
<i>Jeniffer Riscielly De Souza</i>	82
<i>Jorge Willian da Silva dos Santos</i>	86
<i>Letícia Bizerra Cherobim</i>	89
<i>Luara Krishna Caron</i>	91
<i>Luiza Azevedo Tavares</i>	93
<i>Marina de Oliveira Modesto</i>	95
<i>Nathalia Januário Buono</i>	97
<i>Rachel Ribeiro</i>	99
<i>Rafaela Conte Soares</i>	101
<i>Rodrigo Ramos</i>	102
<i>Stephania Macedo de Vasconcelos</i>	104

CEPED/PR

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

<i>Arthur José Borsato</i>	107
<i>Lorena Pioli Alberti Siqueira</i>	108
<i>Rafaela Sirino Pedro</i>	109

PMPR

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

<i>Bruna Antunes Santos Soares</i>	113
<i>Carolina Argenta</i>	118
<i>Cássia Rodrigues Duquia</i>	120
<i>Gislaine dos Santos Facco</i>	122
<i>Kelly Vanessa Pacheco</i>	123

CBMPR

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

<i>Haryom Grigoletti Favaro</i>	127
---------------------------------	-----

AUTOMAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA INTERNA: LABORATÓRIO DE QUÍMICA FORENSE DA UNIDADE DE EXECUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DE LONDRINA

Mailon Diego da Silva Andriollo

INTRODUÇÃO

O Laboratório de Química Forense (UETC-Londrina) é responsável por absorver a demanda de 98 cidades do Estado do Paraná. Dentre as quais estão as delegacias de Polícia Civil, os IML's e cartórios da Polícia Militar. Ademais, sob escopo da lei 13.964/19, partindo da interpretação do Art. 158-B; item VII, o qual qualifica a etapa do recebimento como sendo o ato de transferência de posse dos vestígios, este documento visa salientar a importância documental nesta etapa do processo. É a partir do recebimento que se inicia todo o processo analítico do material recebido. Portanto, na documentação do recebimento deve constar informações referentes ao número de procedimento e unidade de Polícia Judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu. Em sua total importância, a implementação do procedimento operacional padrão de recebimento traz garantias de um processo mais controlado e fidedigno, atestando cada vez mais a qualidade do trabalho pericial sob alta demanda. Conferindo a ele, qualidade, transparência, assertividade, rastreabilidade e exatidão na emissão dos laudos. Por intermédio descritivo a seguir, apresenta-se as etapas feitas manualmente referentes ao procedimento de recebimento e triagem dos vestígios, constante também as imagens documentais dos mecanismos de controle, do que é utilizado atualmente na respectiva unidade.

ARTIGOS

PCPPR

POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DO PARANÁ

1 PROCEDIMENTO

1.1. VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACEITE DO MATERIAL:

1.1.1. Conferir se o ofício ou requisição que acompanha o material é destinado ao IML de Londrina.

1.1.2. Realizar uma leitura geral do ofício, atentando para os detalhes como data, assinatura da autoridade competente, nome do envolvido ou número do procedimento policial (IP, TC, B.O etc.) (Conforme Imagem 1).

Imagem 1 - Campos dos dados a serem verificados.

1.1.3 Verificar se o material enviado está de acordo com o ofício ou requisição, no que se refere à quantidade e descrição do material.

1.1.4 A quantidade de material a ser aceita para análise não deverá ultrapassar 6 gramas.

1.1.5 Carimbar as duas vias do ofício como “RECEBIDO”, ajustando a data do carimbo para o respectivo dia correto e assinar, devolvendo uma via ao entregador.

Imagem 2 - Carimbo.

1.1.6 Preencher a FICHA DE RECEBIMENTO DE VESTÍGIOS com data e hora, DP de origem, identificação do entregador, numeração dos ofícios e rubricar no campo específico.

Imagem 3 - Ficha de recebimento de vestígios.

DATA	HORA	Delegado	Nome completo	RG	NUMERAÇÃO DE OFÍCIOS	RUBRICA RECEBEDOR

disso, faz-se necessário diminuir o tempo de resposta no que tange o processamento dos vestígios até a confecção de laudos, e ao mesmo tempo custos deste processo. Portanto a automação da cadeia de custódia, seria imprescindível para melhorar ainda mais as métricas da Polícia Científica na entrega de seus resultados para a sociedade.

3.1 Descrição

Atualmente grande parte do trabalho é feito de forma manual, no qual demanda muito tempo de resposta quando o assunto é assertividade e eficiência. Pois o processo por ser em grande parte manual, é passível de muitos erros humanos. Diante disso, insurge a ideia da implantação de um Software que faça bi-direcionamento de dados junto ao Software Gerenciador de Documentos e Laudos (GDL), o qual é atualmente utilizado pela instituição. Junto disso a implantação de dispositivos tablets, scanners e impressoras térmicas, melhorariam ainda mais o fluxo de trabalho pericial. Já no que tange a metodologia de trabalho aprimorada, seria possível a etiquetagem dos micro-tubos para o armazenamento em lotes, com isso melhoraria a rastreabilidade dando exatidão na localização da contraprova.

4. CONCLUSÃO

A título de pesquisa de mercado, foi feito levantamento de um possível desenvolvedor do software LIMS (Laboratory Information Management System), o qual chegou-se ao nome da empresa LabWare. Feito contato com a empresa, pediu-se então o demonstrativo do Software, diante disso, buscou-se referências a nível nacional quanto ao seu uso, expuseram que o departamento de Genética Forense do Estado de São Paulo utiliza-se deste software da empresa LabWare. Em contrapartida, constatou-se que seria perfeitamente aplicável à necessidade de automação do Laboratório de Química Forense. Partindo do pressuposto que seria viável uma automação integral, chegou-se à conclusão que a modernização do laboratório teria que ser efetivada de forma integral. Deste modo, o software e os hardwares (impressora, leitores de código) deveriam trabalhar de forma conjunta para atingir o objetivo de otimizar o processo de manipulação dos vestígios, não sendo pertinente aquisição ou o estudo de uma possível implantação de automação parcial.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DO AGENDAMENTO DE EXAME DE SANIDADE MENTAL - PSQUIATRIA FORENSE

Luis Felipe Biora Comim

INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação (TI) é um termo amplo que engloba todas as atividades relacionadas à gestão, uso e processamento de informações usando recursos computacionais, ela é um campo multidisciplinar que combina conhecimentos de ciência da computação, eletrônica, comunicação e gestão. Em síntese a TI é o conjunto de conhecimentos, ferramentas e práticas que permitem a manipulação, armazenamento, processamento e transmissão de informações por meio de recursos computacionais.

Abrange uma variedade de áreas, incluindo hardware (computadores e dispositivos de rede), software (programas e aplicativos), redes de computadores, segurança da informação, bancos de dados, armazenamento de dados, análise de dados, desenvolvimento de sistemas, suporte técnico, entre outros.

As tecnologias da informação são usadas em praticamente todos os setores e indústrias, desde empresas e organizações governamentais até educação, saúde, entretenimento e finanças. A TI desempenha um papel crucial na coleta, armazenamento, processamento e transmissão de informações de forma rápida e eficiente. Alguns exemplos de tecnologias da informação incluem redes de computadores (LANs, WANs, internet), sistemas de gerenciamento de bancos de dados, linguagens de programação, servidores, sistemas operacionais, segurança da informação, computação em nuvem, inteligência artificial, análise de dados (data analytics) e internet das coisas (IoT).

O presente trabalho é um instrumento de avaliação da disciplina de Tecnologia da Informação Aplicada à Segurança Pública. A pós-graduação/residência em Gestão da Segurança Pública se atualiza e adapta a cada semestre, dessa forma, a Universidade Estadual do Paraná traz em seu bojo a proposta aos residentes para a elaboração de um trabalho argumentativo/dissertativo sobre a informatização de algum nicho de trabalho dentro das Instituições que compõem a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) - que, nesse caso, foca na Polícia Científica de Curitiba (PCP) -. O intuito do trabalho é fazer com o que o residente possa refletir, aplicando os conhecimentos teóricos da pós-graduação com os práticos da residência, absorvidos ao longo do Programa.

DESCRIÇÃO DO SETOR

A Seção de Psiquiatria e Psicologia Forense da Unidade Tarumã da Polícia Científica do Paraná (PCP) está localizada em Curitiba. A seção conta com seis peritos psiquiatras que trabalham 20 horas semanais e um residente técnico (eu) que perfaz 30 horas semanais. Em conjunto realiza-se cerca de 48 perícias criminais de Sanidade Mental por semana, com foco no infrator, ou seja, pessoas que cometeram crimes. Para realizar as perícias criminais de Dano Psicológico, que têm como foco a vítima, ou seja, pessoas que sofreram abuso, é necessário incorporar à seção três peritos psicólogos.

A Seção dispõe de duas salas para atendimentos e elaboração de laudos. A presença de pessoas alheias à avaliação na sala em que está sendo realizado o exame psiquiátrico pode influenciar o examinando de diversas formas, como interferir em suas respostas e comportamentos, aumentar sua ansiedade e inibir sua capacidade de expressar seus pensamentos e emoções com sinceridade. Esses fatores podem levar a uma avaliação incorreta do estado de saúde mental do examinando, prejudicando a avaliação pericial.

Por título de curiosidade, foi realizado um estudo nas dependências da PCP em 2020 e este afirmou a necessidade da criação da Seção de Psiquiatria Forense em Londrina. Com a implementação da solução, foi possibilitado o atendimento pela Psiquiatria no interior do Estado, regionalizando o serviço e melhorando a qualidade de sua prestação ao público. Vale ressaltar que os atendimentos de psiquiatria (perícias de sanidade mental e dependência toxicológica) são feitos somente em Curitiba (90%) e em Londrina.

No que tange ao exame de cessação de periculosidade, é destinado ao Complexo Médico Penal, dado o extrapolamento da capacidade de atendimentos de psiquiatria na PCP, bem como a necessidade de parecer multiprofissional e longitudinal no exame em pauta.

Atualmente não há condições de realizar exame in loco, por conta do atendimento a centenas de varas e juizados, entre Criminais, de Execução e Federais do Estado do Paraná, bem como delegacias. Só de varas criminais o Estado dispõe de mais de 200 unidades. Nesse sentido, novos psiquiatras precisam ser convocados por meio de concurso público, para a criação de novas seções de psiquiatria forense em outras regionais da PCP. O que provavelmente desafogará o fluxo atual da psiquiatria de Curitiba, bem como a necessidade de agendamento, dado que essas solicitações são centralizadas em Curitiba.

A marcação dessas consultas (perícias) é feita com base no envio de documentações via e-mail como: ofício requisitante emitido pelo órgão solicitante e assinado pela autoridade local, quesitos da defesa, promotoria e do juiz, tal como envio da denúncia, pois os periciandos que passam por perícia de sanidade mental e/ou dependência toxicológica estão respondendo judicialmente por algum delito.

Após o envio das documentações, eu as analiso, coloco o nome do réu no *LibreOffice writer*, abro a REP (requisição de exame pericial), anexo ofício na mesma e por último comunico o órgão solicitante via e-mail, dentro do próprio GDL. Antes de mim não havia sequer uma planilha no libre para compilar os nomes e organizar a agenda em tabelas. Era tudo no rascunho do *writer*.

Assim, pensa-se num pequeno sistema que o próprio órgão solicitante tenha acesso e através dele possa upar os documentos obrigatórios e após isso, ter acesso a uma agenda onde poderá escolher a data e horários mais conveniente. Dado que, muitas vezes as varas solicitam horários para perícia no mesmo dia, pois aproveitam as escoltas advindas de municípios “extra-curitiba”, influir na economia do dinheiro público, no que tange ao deslocamento das escoltas e de mão de obra, que fica o dia inteiro só procedendo agendamentos.

Foi solicitado a mim, inicialmente criar um forms vinculado ao agendas do google para disponibilizar essa opção de agendamento para os órgãos solicitantes, para que eles por si só o façam. Mas, penso que, o e-protocolo não seria melhor? Pois na regional de saúde é feita dessa forma e funciona muito bem. Outro que ajuda muito é o GSUS, onde é solicitado pelas próprias instituições exames, consultas, internamentos e etc.

Seria interessante a criação de um “GSUSP”, análogo ao GSUS, mas para a área de Segurança Pública, para agendamento de exames médico-legal, pois as perícias de sanidade física (corpo de delito), verificação de violência sexual e sanidade mental (foco desse trabalho) são intensamente solicitadas e executadas todos os dias na PCP. São realizadas em média 40 exames diários de lesão corporal, 10 de violência sexual e 8 de sanidade mental, ou seja, tudo isso foi agendando anteriormente. Se existisse um sistema economizaria demais em mão de obra, tempo e logística.

O forms solicitado pretende ser testado em toda a parte da clínica médica, mas eu não sei se funcionaria tão bem quanto um sistema oficial, pois ao forms qualquer um teria acesso e para a parte de psiquiatria forense não é esse o objetivo, pois existem processos que correm em segredo de justiça e os advogados desses indivíduos iriam fazer pressão e, até mesmo quem sabe, não dar um jeito de impugnar os laudos. Para lesão corporal e violência sexual até funcionaria um forms em que a vítima mesmo fizesse o agendamento, mas em psiquiatria somente os órgãos solicitantes podem fazê-lo.

A princípio eu consigo desenvolver o forms vinculado ao agendas, agora criar um sistema do zero está além de minhas capacidades intelectuais. Foi solicitado em residente de TI para a Seção de Psiquiatria e Psicologia, à ficar encarregado da criação desse sistema, mas até agora sem sucesso. Já eu digo que precisaria de residente de TI na clínica médica como um todo (o que inclui a psiquiatria forense), na requisição e no protocolo para criar robôs para responder e-mails, abrir REP de nada consta, enviar laudos, agendar perícias e etc.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, C. C. et al. A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 1, 2020.

A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DO CÁLCULO DE HORAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE NA CENTRAL DE ALTERNATIVA PENAIIS - CIAPS COMO FORMA DE EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DE PENA

*Alan Eduardo Silva Gazola¹
Brena Pantoja Guimarães²*

Resumo: Este estudo teve como objetivo apresentar o trabalho com a medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) que surgiu no final do século XIX, onde se buscou formas alternativas ao regime fechado e ao super encarceramento. Sendo assim, a PSC foi criada como um benefício concedido através das mudanças na legislação, nesse modelo de pena o indivíduo condenado deve cumprir um determinado número de horas a partir de serviços prestados de forma gratuita às instituições de terceiro setor ou governamental conveniadas às Centrais de Alternativas Penais (CIAPS). Nesse sentido, as (CIAPS) desenvolvem atividades conizentes como o encaminhamento, acompanhamento e a fiscalização da PSC, sendo o cálculo de horas uma das atividades desenvolvidas, que garante a efetividade do cumprimento da pena. Portanto, este trabalho propõe uma forma de sistematização dos registros de entrada e saída dos beneficiários, a fim de proporcionar um melhor acompanhamento, uma vez que é responsabilidade das CIAP encaminhar, acompanhar e fiscalizar os beneficiários para garantir o cumprimento integral da pena.

Palavras chave: Alternativas penais, PSC, cálculo de horas.

¹ Policial Penal no Departamento de Polícia Penal, coordenador do Escritório Social Maringá.
² Assistente Social pela Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR, aluna do Programa da Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão da Segurança Pública - RESTEC - GESP, pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e Residente Técnica na Central de Alternativas Penais no Departamento de Polícia Penal de Maringá-PR.

ARTIGOS

DEPPEN
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
PENAL DO ESTADO DO PARANÁ

INTRODUÇÃO

Desde 2019, a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), vinculada ao Departamento de Polícia Penal e à Secretaria de Segurança Pública do Paraná, tem sido responsável pelo trabalho com egressos do sistema prisional, oferecendo a prestação de serviços à comunidade como alternativa à prisão. O objetivo dessa medida é reeducar o réu que cometeu um pequeno delito, de forma a reintegrá-lo à sociedade e evitar a reincidência.

Atualmente, a pena por PSC é cumprida por meio do trabalho voluntário em entidades conveniadas à CIAP, conforme a quantidade de horas estabelecida pelo juiz, levando em consideração a disponibilidade do apenado e sem prejudicar sua jornada de trabalho formal.

No entanto, a contagem de horas atualmente é feita de maneira manual. A cada encaminhamento de beneficiário a uma instituição para realizar o serviço, é enviada por e-mail ou WhatsApp uma folha de frequência mensal. Nessa folha, o beneficiário registra os dias e as horas trabalhadas no mês, e o documento é devolvido à CIAP pela instituição responsável, que faz a contabilização e informa o juízo sobre o cumprimento da pena.

Considerando que, a CIAP possui atualmente uma fila de espera com mais de 600 pessoas e um número expressivo de inscritos e cumprindo a pena, seria benéfico sistematizar a contagem de horas, agilizando o processo e facilitando o acompanhamento do tempo cumprido por cada beneficiário.

Nesse sentido, uma proposta seria a implementação de um aplicativo ou ponto eletrônico que conseguisse sistematizar as horas dos beneficiários que estão conveniados à instituição para cumprir a PSC. Dessa forma, teríamos acesso diário a um sistema unificado de informações sobre a frequência dos encaminhados à prestar PSC nas instituições, permitindo identificar rapidamente os inadimplentes e faltantes. Essa medida seria crucial, uma vez que é responsabilidade da CIAP encaminhar, acompanhar e fiscalizar os beneficiários para garantir o cumprimento integral da pena, evitando a prescrição ou regressão do regime e impedindo que a pessoa retorne ao regime fechado.

Esse trabalho tratará de contextualizar a história do trabalho com alternativas penais no Brasil; Como é feito o trabalho nas CIAPs; e sugerir a sistematização de umas das atividades desenvolvidas.

Portanto, é urgente a necessidade de sistematizar essa demanda, cumprindo o papel das CIAPs como um órgão auxiliar do sistema judiciário. Ao adotar um sistema eletrônico de contabilização de horas,

poderíamos otimizar o trabalho, melhorar o acompanhamento dos beneficiários e assegurar a efetividade das penas alternativas, contribuindo para a ressocialização dos egressos do sistema prisional.

METODOLOGIA

Este trabalho de caráter qualitativo, foi feito a partir de uma revisão bibliográfica sobre os temas: penas alternativas, reintegração de egressos do sistema prisional e prestação de serviços à comunidade. Nesse sentido, levantou-se a hipótese da possibilidade de criação de um sistema via aplicativo ou ponto eletrônico para a contabilização de horas trabalhadas dos beneficiários, entre a Central de Alternativas Penais e as Instituições conveniadas que recebem os beneficiários. Dessa maneira, foram consultadas fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e relatórios da CIAP para melhor exemplificar as demandas e as necessidades de melhorar o trabalho com os PSC.

CONTEXTO HISTÓRICO

A Prestação de Serviços à Comunidade como forma de penalidade surgiu no final do século XIX como uma alternativa ao regime fechado. Essa sanção penal foi desenvolvida como resposta à ideia de que o encarceramento trazia consequências graves, como a superlotação das prisões, altos custos de manutenção do sistema e dificuldades nas relações dos presidiários. Além disso, a prisão não estava cumprindo sua principal função de ressocialização do condenado. Assim, segundo Bitencourt (1999), é defendida uma política penal menos punitiva, que priorize os direitos humanos, a justiça social e a reinserção do condenado.

No Brasil, as penas restritivas de direito, conhecidas como penas alternativas, surgiram em 1984, por meio da modificação da Lei nº 7.209/84 do Código Penal Brasileiro. Posteriormente, outras leis foram adicionadas para legitimar o uso de dispositivos diferentes da prisão. No entanto, apesar da existência dessas penas no sistema jurídico, inicialmente não havia uma política efetiva para garantir sua aplicação, o que levou à descrença no Poder Judiciário, pois não havia um sistema de acompanhamento dos indivíduos em cumprimento de pena. No máximo, eram aplicadas penas pecuniárias, que consistem no pagamento de um valor estabelecido em audiência (Albernaz & Sá e Silva, 2009).

A PSC, de acordo com a legislação brasileira, envolve a prestação de serviços gratuitos a instituições ou entidades públicas sem fins lucrativos, que estejam conveniadas com a CIAP. É importante destacar os artigos e incisos que dão efetividade a essa medida.

Ao contrário de outras modalidades de penas e medidas alternativas, a Prestação de Serviços à Comunidade não apenas restringe os direitos do indivíduo ou o faz pagar financeiramente pelo que cometeu, mas também envolve uma atividade que beneficia toda a comunidade, sem que ele receba nada em troca, de acordo com suas habilidades laborais. Embora todas as modalidades de penas e medidas alternativas tenham como objetivo a dimensão socioeducativa, a Prestação de Serviços à Comunidade se destaca por sua abordagem diferenciada.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, XLVII, proíbe explicitamente a imposição de trabalhos forçados como penalidade a qualquer condenado. No entanto, isso não impede que o condenado exerça algum tipo de trabalho, desde que sua dignidade como ser humano seja respeitada e sua imagem não seja degradada. O magistrado pode impor ao condenado a realização de trabalhos, desde que sejam respeitados esses princípios.

A Central de Penas e Medidas Alternativas busca estabelecer parcerias com diferentes setores da sociedade, a fim de aumentar a conscientização da sociedade sobre as penas e medidas alternativas à prisão. A PSC consiste no trabalho gratuito exercido pelo apenado em entidades assistenciais, hospitais, escolas, abrigos e programas comunitários ou estatais, de acordo com suas habilidades e para cada dia de pena, é calculada uma hora de trabalho. Embora o trabalho comunitário apresenta benefícios significativos para o apenado, como a manutenção de laços familiares, sociais e laborais, e contribua para a reflexão sobre suas ações e a prevenção da reincidência, é importante ressaltar o caráter ressocializador da pena. A substituição da pena privativa de liberdade pelo trabalho comunitário é mais eficaz na reeducação do apenado.

Nesse sentido, é necessário entender o trabalho comunitário não apenas como uma atividade pedagógica em si ou voltada exclusivamente para a inserção no mercado de trabalho, mas como um processo de socialização que se baseia nas relações sociais construídas por meio do trabalho. A natureza educativa do trabalho na Prestação de Serviços à Comunidade reside nessas relações sociais, e não na dicotomia entre trabalho intelectual e manual (Martins, 2016).

Essa mudança na aplicação penal resultou em um aumento significativo no número de pessoas acompanhadas e monitoradas. No primeiro semestre de 2008, as penas de Prestação de Serviços à Comunidade, com 493.737 execuções, ultrapassaram o número de pessoas em prisão privativa de liberdade, que era de 498.729.

A reflexão sobre as contradições presentes nas penas e medidas alternativas também envolve a discussão sobre o trabalho dos profissionais que atuam nesse campo, especialmente os assistentes sociais. Esses profissionais conduzem a execução das penas e medidas, utilizando uma variedade de instrumentos e técnicas para alcançar determinados

objetivos. No exercício de seu trabalho, os assistentes sociais enfrentam limites e possibilidades em um cenário marcado por avanços, rupturas, contradições e desafios (Paulo Netto & Carvalho, 1996).

No que diz respeito ao “mundo jurídico”, é recomendada uma metodologia de apoio técnico composta por três módulos: avaliação, encaminhamento e acompanhamento. A avaliação consiste na análise do perfil do beneficiário e da entidade parceira, enquanto o encaminhamento estabelece a relação formal entre o juízo da execução, o beneficiário e a entidade parceira. Já o acompanhamento é responsável pela fiscalização do cumprimento adequado da pena ou medida alternativa (Brasil, 2002).

Essas diretrizes enfatizam o atendimento aos cumpridores de penas ou medidas alternativas e às instituições conveniadas, recomendando o uso de vários documentos para registrar e comunicar as atividades profissionais, como fichas de encaminhamento, relatórios de atendimento e modelos de avaliação.

Atualmente a contagem de horas nas Centrais Integradas são realizadas manualmente, ou seja, é realizada a impressão de uma folha de frequência e encaminhada para a instituição conveniada que a preenche em todos os dias do mês em que o beneficiário da medida compareceu para realizar a prestação. Após o término do mês de cumprimento a instituição encaminha a folha de frequência para a Central que inicia o processo de contagem manual das horas, contando dia a dia o quantitativo de horas e somando as horas prestadas ao final para confecção de um documento que indica quantidade de horas totais, quantidade de horas prestadas anteriormente, quantidade de horas prestadas a serem acrescentadas e quantidade de horas que ainda devem ser cumpridas.

Este processo todo é demorado para ser concluído e quando se tem uma quantidade grande de pessoas inseridas nesta medida, o trabalho depreendido para realizar estes procedimentos de juntada de horas no sistema é moroso.

Na maioria das Centrais Integradas a mão de obra desprendida para realização do serviço em geral é pouca e acaba que, a equipe deve ser encaminhada integralmente para realizar o procedimento de contagem de horas e não resta tempo para realizar outras tarefas, tais como: cadastramento através de escuta qualificada, encaminhamento dos inscritos em situação de vulnerabilidade para a Rede de Assistência Social, apoio à pessoa em medida alternativa, entre outras demandas administrativas, etc.

A sistematização dos registros de entrada e saída por meio de um aplicativo pode ser uma alternativa eficiente para monitorar a prestação de serviço à comunidade como uma forma de cumprimento de pena ou medida socioeducativa. Essa abordagem visa facilitar o controle e registro das atividades realizadas pelos indivíduos em sua prestação de serviço à comunidade, substituindo métodos manuais de controle.

Ao utilizar um sistema de ponto eletrônico, os participantes podem registrar eletronicamente suas entradas e saídas das atividades, fornecendo um registro claro e preciso do tempo que dedicam à prestação de serviço. Isso pode ocasionar em algumas vantagens.

Precisão e Transparência: a sistematização elimina a possibilidade de erros humanos ou registros imprecisos, garantindo maior precisão e transparência nos registros.

Facilidade de Controle: Um sistema automatizado permite que as autoridades responsáveis acompanhem de forma mais eficiente a participação dos indivíduos na prestação de serviço, verificando suas horas de trabalho e garantindo o cumprimento adequado da medida alternativa. De outro modo, a própria pessoa Prestadora de Serviços teria um maior controle das horas restantes.

Redução de Custos Administrativos: A automação dos registros pode reduzir a necessidade de trabalho manual e burocrático relacionado à gestão dos registros de entrada e saída, resultando em uma maior eficiência administrativa e redução de custos, ou seja, a equipe de trabalho pode ser direcionada a realizar outros serviços dentro da área específica ao qual foi contratada.

Monitoramento Remoto: Dependendo do sistema adotado, é possível até mesmo realizar o monitoramento remoto dos registros, permitindo que as autoridades tenham acesso aos dados em tempo real e possam acompanhar a prestação de serviço de forma mais eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a adoção de um sistema de aplicativo ou ponto eletrônico como medida alternativa deve ser acompanhada de garantias de segurança e integridade dos dados, além de respeitar a privacidade dos indivíduos envolvidos. Além disso, é fundamental que haja uma supervisão adequada para evitar possíveis fraudes ou manipulações do sistema.

A sistematização dos registros de entrada e saída através de ponto eletrônico pode ser uma medida alternativa útil para controlar e monitorar a prestação de serviço à comunidade de forma mais eficiente, contribuindo para o cumprimento das penas e medidas socioeducativas estabelecidas pelas autoridades competentes.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, E., & Sá e Silva, F. C. M. (2009). **Penas e Medidas Alternativas:** uma utopia em construção. Brasília: Ministério da Justiça. Cadernos temáticos da CONSEG: segurança com cidadania nas penas e medidas alternativas, 3, 12-15.

BITENCOURT, C. R. (1999). **Novas penas alternativas:** análise político-criminal das alterações da Lei n. 9714/98. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. **LEI Nº 7.209, de 11 de julho de 1984.**

BRASIL. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas. **Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas. 2.** Execução Penal, Brasil. 2002. p.146.1.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP Coordenação-Geral de Fomento às Penas e Medidas Alternativas. **Anais VII Conepa – Congresso Nacional de Alternativas Penais. 1.** Alternativas Penais 2. Sistema Penal Brasília: Ministério da Justiça, 2011, 1a edição.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Levantamento Nacional Sobre a Atuação dos Serviços de Alternativas Penais no Contexto da Covid-19 [recurso eletrônico].** Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Secretaria Nacional de Políticas Penais. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

OSTAPECHEN, Edevaldo Reinado. **A Importância do Assistente Social nas Penas Alternativas.** Centro Universitário Internacional UNINTER. 2019.

NETTO, J. P. **Transformações Societárias e Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

MARTINS, J. E. **A Centralidade do Trabalho na Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.** Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 86-105, dez. 2016.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE AQUISIÇÃO DE BENS DOADOS DA RECEITA FEDERAL

Lucinete Santana dos Santos

A criação da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) ocorreu em 21 de fevereiro de 1938, por meio do decreto nº 6.438. Ficavam subordinados à Secretaria, conforme estabelecia o documento, a Polícia Civil, a Penitenciária e Detenção, a Guarda Civil e a Polícia Militar. Porém, em 03 de junho do mesmo ano, o decreto nº 6.968 revogou o documento que havia criado a Secretaria pelo decreto-lei nº 41 de 22 de junho de 1942, ficou estabelecida a vinculação da Segurança Pública à Justiça, que possuía então a denominação de Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública e posteriormente, pela lei número 47, de 18 de fevereiro de 1948, a Segurança Pública foi desmembrada da pasta da Justiça, ficando com a denominação de Chefatura de Polícia, subordinada diretamente ao governador.

A Segurança Pública veio a ser criada novamente apenas no ano de 1962. Foi por meio da Lei 4.615, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 9 de julho daquele ano, em substituição à Chefatura de Polícia. A lei também criou o cargo de secretário da Segurança Pública e o novo órgão subordinou a Polícia Militar do Estado; o Conselho Superior de Polícia; o Conselho Regional de Trânsito e a Polícia Civil, até 1974, a pasta tinha a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, quando a Lei nº 6.636, de 29 de novembro, alterou sua denominação para Secretaria de Estado da Segurança Pública. Foi regulamentada pelo Decreto nº 3.700, de 25 de julho de 1977, que determina ser competência desta Secretaria “planejar, dirigir, executar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades do setor de segurança pública do Estado”.

As unidades da Polícia Científica do Paraná (PCP), Departamento da Polícia Civil do Paraná (DPC), Polícia Militar do Paraná (PMPR), Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), Departamento de Polícia Penal do

RELATOS

SESP

**SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ**

Estado do Paraná (DEPPEN) e Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) são vinculadas Secretaria da Segurança Pública do Paraná, onde também conta com os Conselhos, que são: Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (CONESD), Conselho Penitenciário do Paraná (COPEN), Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas e Conselho Estadual de Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSESP) são vinculadas à Secretaria do Estado da Segurança Pública (SESP).

Administração pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, etc. Em outras palavras, administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, sendo dividida em administração direta e indireta.

A administração direta é aquela exercida pelo conjunto dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse caso, os órgãos não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio, nem autonomia administrativa.

Na administração indireta, o Estado transfere a sua titularidade ou execução das funções para que outras pessoas jurídicas, ligadas a ele, possam realizar. A administração indireta é composta pelas autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e outras entidades de direito privado. Tais entidades possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa.

O Orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades. Podemos reconhecer o orçamento público como um instrumento que apresenta múltiplas funções. Além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro.

Durante o módulo de Tecnologia da Informação Aplicada à Segurança Pública, foi sugerido identificar, dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), uma área que necessite de informatização. A principal função do setor administrativo público é definir estratégias e gerenciar as diversas áreas do setor. É nesse setor que são definidos o modelo de gestão da instituição, seu posicionamento no estado, seus produtos e serviços, dentre outras questões semelhantes. Mais do que isso, ele também determina e autoriza as Ações dos demais Setores, de modo que todas as ações da Instituição passam, de alguma forma, pelo Setor Administrativo da Secretaria do Estado da Segurança Pública (SESP). É ele que elabora o planejamento estratégico, delibera sobre os planos de ação, metas, objetivos, planos de carreira e outros elementos que impactam na rotina operacional.

A Secretaria do Estado da Segurança Pública (SESP) comanda a Diretoria-Geral (DG), onde o Diretor-Geral atua de forma sistêmica com os seguintes setores: Núcleo Administrativo Setorial – NAS, Núcleo de Comunicação Setorial – NCS, Núcleo Fazendário Setorial – NFS, Núcleo de Integridade Compliance Setorial – NICS, Núcleo de Planejamento Setorial – NPS, Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS e outros setores interligados com a Diretoria-Geral, no desempenho das atividades um depende do outro.

Diante disso, é uma área que se relaciona com todos os outros setores e demanda recursos eficientes para lidar com essa dinâmica sem se sobrecarregar. Por ser um departamento tão fundamental para área de administração em segurança pública, basicamente o que confere a forma e vitalidade da instituição. O ideal é que o Setor da Diretoria Geral (DG) tenha condições de demandar, não apenas as suas atividades programáticas. Isso porque suas funções compreendem recorrentes estudos, análises, elaboração e criação de soluções, acompanhamento de outros setores, equipes e funcionários, dentre outras atuações. É justamente para ajudar com isso, que o setor necessita que todas as ações e processos analisados, sejam informatizadas, para que a atividade seja feita com mais agilidade.

Analisando o setor da Diretoria Geral (DG), percebe-se que a demanda de análise de processos das Forças na instituição durante o dia é imensa, necessita de construção de um entendimento comum do estado atual dos processos, portanto, visa entender como eles estão operando e elaborar um diagnóstico completo a partir das informações que estão contidas nos processos.

Com base nisso, foi constatado que determinada ação, como as doações que são adquiridas pela Receita Federal, os processos das Forças (Polícia Civil e outras) quando chega na Diretoria-Geral (DG) para ser analisada, esses processos são analisados através do e-protocolo, porém para dar o seguimento do processo, tem que ser realizado em um setor físico da Receita Federal ou por via e-mail, juntando as documentações de uma determinada Força interessada no objeto que está sendo doado. Após feito esses trâmites no setor da Receita Federal, retorna para a Diretoria-Geral (DG) para continuar o processo e finalizar o recebimento da doação.

Seria de grande importância para Diretoria-Geral (DG) a informatização deste processo de doações da Receita Federal, para que o trâmite fosse mais ágil e vantajoso para o Setor, assim quando um órgão fosse fazer a solicitação do objeto de doação, não teria tanta burocracia.

Talvez uma solução viável para o Setor da Diretoria Geral (DG), seria adquirir uma plataforma interligada com a Receita Federal, tipo uma “ATA DE REGISTRO DE BENS DOADOS”, onde todos os órgãos públicos de todas as esferas obtêm acesso rápido, econômico e desburocratizado,

obtendo os bens dos quais necessitam e que a Receita Federal está doando. Dessa forma aumentaria a eficiência e produtividade dos trabalhos cotidianos e teria menos burocracia para as instituições,

REFERÊNCIAS:

PARANÁ, Governo do estado do. Histórico. **Secretaria de Segurança Pública**. 2023. Disponível em <<https://www.seguranca.pr.gov.br/Historico>>. Acesso em: 15/08/2023.

PARANÁ, Governo do estado do. Quem é quem. **Secretaria de Segurança Pública**. 2023. Disponível em <<https://www.seguranca.pr.gov.br/Quem-e-Quem>>. Acesso em: 15/08/2023.

MEDEIROS, Rafael. **Administração direta e indireta**: o que são e quais são suas diferenças Gran, 2022. Disponível em <<https://blog.grancursosonline.com.br/administracao-direta-e-indireta/>>. Acesso em: 15/08/2023.

ALMEIDA, Vinicius. **Análise de processos**: entenda o que é e descubra como promover melhorias nos processos da sua organização. Euax, 2022. Disponível em <<https://www.euax.com.br/2020/03/analise-de-processos/>> Acesso em: 15/08/2023.

INFORMATIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS PSICOLÓGICOS NO PROGRAMA PRUMOS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

Damaris Durski de Moraes

A estrutura governamental/pública a ser analisada nesse desafio é o programa Prumos, mais especificamente da cidade de Maringá. Dentro do Prumos, foi identificado que a área de prontuários psicológicos poderia ser informatizada. Essa área, possui apenas dados fechados, ou seja, sigilosos, que são de acesso apenas das psicólogas e assistente social e, a identificação do paciente também é de acesso da secretária que faz os agendamentos dos mesmos.

Por ser um Centro de Atendimento Psicossocial (CAP), onde as psicólogas e a assistente social trabalham em conjunto, de forma a atender o indivíduo com informações, facilitando o acesso aos recursos de dentro e fora da instituição, aconselhando e fazendo atendimentos psicológicos, os prontuários são de acesso de ambas as profissionais.

Atualmente, o preenchimento da identificação do paciente é realizado pela secretária, por meio de um arquivo do word, onde ela preenche as informações necessárias, imprime e entrega ao profissional responsável pelo atendimento. Feito isso, ela apaga esses dados de identificação do paciente e, dessa forma, o acesso dessas informações fica restrito apenas ao profissional responsável pelo atendimento.

Esse sistema poderia ser informatizado de forma que, os profissionais (psicólogas, assistente social e gestor, que também é psicólogo) da instituição pudessem ter acesso a essas informações, quando necessário. Para isso, poderia ser criada uma plataforma eletrônica para registro dos prontuários, desenvolvida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ao invés de utilizar plataformas de sites já existentes pois, dessa forma, garantiria mais segurança a essas informações sigilosas.

Os principais benefícios dos prontuários online consiste em maior segurança dos dados; evitar que ocorra extravio de dados; facilidade na interação com outros profissionais da instituição, para acesso dos dados e acompanhamento do desenvolvimento clínico dos pacientes; facilidade na hora de transferir pacientes para outro profissional, isso pois, os profissionais da instituição possuem contrato de, no máximo, 2 anos, após esse período, é realizado um novo PSS onde novos profissionais entram para a instituição e ficam responsáveis por esses prontuários e pelos pacientes em tratamento; benefícios na estruturação de alguns dados, tendo ainda, o campo livre, onde o profissional descreverá informações únicas de cada paciente; e, por fim, para preenchimento de nome de medicamentos, embora o psicólogo não seja o profissional responsável por receitar medicações, é importante esse registro para acompanhar o desenvolvimento e impactos na saúde mental do paciente.

REFERÊNCIAS

MARKETING PRONTMED. **Prontuário psicológico eletrônico**: quais os benefícios de adotá-lo nas instituições de saúde?. Prontmed, [S. l.], p. 1-1, 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.prontmed.com/blog/prontuariopsicologico/>. Acesso em: jun. 2023.

INFORMATIZAÇÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA: OTIMIZAÇÃO E EFICIÊNCIA NO PROCESSAMENTO DE DADOS E CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Josiane Gonçalves de Andrade

No caso, a escolha pelo setor seria a Assessoria Técnica Jurídica, esse ambiente da estrutura governamental pode ser beneficiada pela informatização para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado aos servidores e órgãos públicos e privados.

Isso porque a principal função dessa área é a prestação de consultoria, assessoramento especializado aos órgãos, entidades e servidores em que se analisa processos, se redige pareceres e fornece orientação técnica sobre questões legais e regulatórias.

Cabe dizer, que nesse exemplo, os procedimentos manuais executados incluem coleta de informações em documentos em papel, que são processados manualmente, pelos responsáveis pela análise.

Dessa maneira, com a informatização dessa área, seria possível gerenciar todo o processo de forma eletrônica, tornando o fluxo de trabalho mais eficiente, seguro e acessível. Se coletaria e armazenaria dados eletronicamente, permitindo a consulta e análise dos dados em tempo real, o que é necessário e otimizaria o processo de assessoria e identificaria questões relevantes em cada processo. Para a implementação seria necessário um planejamento cuidadoso que incluísse:

a) Análise de requisitos: Identificação das principais necessidades de informação e processos que precisam ser automatizados para a Assessoria.

b) Seleção de tecnologia: Uma plataforma tecnológica capaz de gerenciar e armazenar dados de forma segura e acessível.

c) Desenvolvimento de software: Sistema personalizado para gerenciar o fluxo de trabalho.

d) Treinamento e implementação: Treinamento de funcionários na utilização do novo sistema e implementação gradual para evitar interrupções no fluxo de trabalho

e) Manutenção e atualização: Monitoramento contínuo do sistema para garantir que ele esteja funcionando corretamente e com atualizações regulares e seguras.

Os dados coletados por meio da informatização desse setor são considerados fechados, uma vez que contém informações confidenciais e sigilosas de processos jurídicos. Contudo, é possível disponibilizar informações agregadas, como o número de processos analisados, o tempo médio de resposta para os processos e outras informações relevantes para fins de gestão e transparência.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

MODERNIZAÇÃO DO SUS: IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA AGENDAMENTO E GESTÃO DE CONSULTAS

Bruna dos Santos Silva

No decorrer desses últimos anos o SUS está se atualizando, e buscando algumas alternativas tecnológicas para otimizar e melhorar o trabalho que vem desenvolvendo, como por exemplo: entrar em contato com os usuários por meio do WhatsApp para informar que algum exame ou guia de encaminhamento está autorizada para retirar. Porém ainda há ações para serem realizadas para otimizar, agilizar e desburocratizar o acesso a alguns serviços. Uma dessas ações que poderia ser criada é um aplicativo que fosse possível agendar consultas com os clínicos gerais das suas respectivas Unidades Básicas de Saúde, a disponibilização das guias de encaminhamentos para médicos, exames e ultrassons por meio digital, visto que é fácil é possível perder a guia, pois as vezes demora para sair a liberação do que foi solicitado, e mesmo que o usuário troque de celular seria possível acessar de qualquer dispositivo pois só precisaria do nome do seu usuário e senha.

Esses serviços digitais oferecem múltiplos benefícios às instituições do setor público, tais como, redução de custo e mão de obra utilizada, aumento da capacidade de armazenamento das informações com maior segurança, agilidade nos processos e atendimentos, e aceleração na tramitação de documentos, além de permitir uma maior transparência na comunicação com a população, uma vez que, conectadas, as pessoas passam a ter acesso aberto às informações e ações realizadas pela gestão pública.

Um dos meios que poderiam garantir essa tecnologia, seria terceirizando serviços de TI, para que fosse criado de maneira mais rápida, flexível e personalizada, permitindo ainda a realização de processos mais padronizados. Para aplicar tais serviços digitais, é imprescindível que o setor público conte com um parceiro confiável e que possua um amplo portfólio

de soluções. Com esta diversidade de ofertas e profissionais com grande expertise é possível realizar a implementação de múltiplas tecnologias no setor público de maneira segura e prática.

Sabemos que o atendimento ao cliente é um dos pilares mais críticos na esfera pública, portanto, o investimento em service desk se faz cada vez mais necessário. Uma das maiores vantagens da implementação de tecnologias de service desk no setor público é a possibilidade dada aos gestores de terem uma visão ampla da gestão que precisa ser feita, sendo possível visualizar quem são os ofensores dentro da operação e, conseqüentemente, descobrir como melhorar os processos de sistemas e infraestrutura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R.; ANDRADE, M. T. **Gerenciamento de TI no Setor Público: Práticas e Modelos de Serviço**. Administração Pública e Tecnologia, v. 12, n. 4, p. 101-115, 2023.

LIMA, M. A.; SILVA, J. A. **Telemedicina e tecnologias digitais na saúde: impacto e tendências**. Revista Brasileira de Telemedicina e Telecirurgia, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2023.

PLANEJAMENTO E DESAFIOS DA INFORMATIZAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Carlos Eduardo Centenaro

A área de segurança pública tem como função primordial garantir a ordem, a segurança e a proteção da população. Ela abrange atividades como prevenção e combate ao crime, investigação criminal, policiamento, fiscalização, controle de fronteiras, entre outras.

No que diz respeito aos dados, existem tanto dados abertos como dados fechados disponíveis na área de segurança pública. Os dados abertos são aqueles que estão disponíveis para acesso público, geralmente por meio de portais ou plataformas online, sem restrições de uso. Esses dados podem incluir estatísticas criminais, informações sobre ocorrências policiais, localização de delegacias, entre outros.

Já os dados fechados são aqueles que possuem restrições de acesso devido à sua sensibilidade ou natureza sigilosa. Por exemplo, informações relacionadas a investigações em andamento, dados pessoais de vítimas ou suspeitos, entre outros. Esses dados são acessíveis apenas por autoridades e profissionais envolvidos diretamente na área de segurança.

Atualmente, muitos procedimentos na área de segurança pública ainda são executados de forma manual. Isso inclui a elaboração de boletins de ocorrência, o registro e o controle de documentos, a comunicação entre os órgãos de segurança, entre outros processos administrativos. Esses procedimentos manuais podem ser demorados, burocráticos e propensos a erros.

O planejamento para a informatização na área de segurança pública visa modernizar e agilizar os processos por meio da adoção de tecnologias e sistemas informatizados. Os principais objetivos do planejamento incluem:

1. **Automação de processos:** Eliminar procedimentos manuais por meio da adoção de sistemas eletrônicos, reduzindo a burocracia e

agilizando o fluxo de informações.

- 2. Integração de sistemas:** Promover a integração dos sistemas utilizados pelos diferentes órgãos de segurança, facilitando o compartilhamento de informações e a comunicação entre eles.
- 3. Melhoria na gestão de dados:** Implementar sistemas de gestão de dados que permitam o armazenamento, a organização e a análise eficiente das informações, auxiliando nas atividades de prevenção e investigação criminal.
- 4. Utilização de tecnologias avançadas:** Incorporar tecnologias como inteligência artificial, análise de dados, reconhecimento facial e videomonitoramento para otimizar as ações de segurança e fortalecer a prevenção e o combate ao crime.
- 5. Segurança da informação:** Garantir a proteção dos dados sensíveis e sigilosos, adotando medidas de segurança adequadas para prevenir acesso não autorizado e vazamento de informações.

É importante ressaltar que o planejamento para a informatização na área de segurança pública pode variar de acordo com as políticas e estratégias adotadas em cada país ou jurisdição. As especificidades e detalhes do planejamento podem ser encontrados em legislações, diretrizes governamentais ou documentos oficiais relacionados à segurança pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública.** Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seguranca-publica/politica-nacional-de-seguranca-publica-e-defesa-social>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Transformação Digital na Segurança Pública:** Relatório do Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, João. **Integração de Sistemas na Segurança Pública:** Eficiência e Desafios. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 45-60, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

INFORMATIZAÇÃO DA GESTÃO DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS NA SAÚDE PÚBLICA: EFICIÊNCIA E SEGURANÇA NO ATENDIMENTO AO PACIENTE

Gabriel Quirino Dalpoz

Na área da saúde, é essencial informatizar a Gestão de Prontuários Eletrônicos na estrutura pública. Essa área desempenha um papel fundamental ao organizar e armazenar os registros de saúde dos pacientes, incluindo históricos médicos, resultados de exames, prescrições e demais informações relevantes. Atualmente, muitos hospitais e Unidades Básicas de Saúde ainda utilizam métodos manuais para gerenciar esses prontuários, o que acarreta em problemas de legibilidade, dificuldades no compartilhamento de informações e aumento de erros.

O planejamento para a informatização dessa área envolveria a implementação de um sistema de registro eletrônico centralizado. Esse sistema garantiria o armazenamento seguro e acessível dos prontuários, com controle de acesso adequado para preservar a confidencialidade dos dados. Além disso, seria possível disponibilizar dados abertos, como estatísticas de saúde e indicadores epidemiológicos, com o intuito de promover a transparência e facilitar a pesquisa científica.

Os procedimentos manuais seriam substituídos por processos eletrônicos, como o preenchimento e a atualização dos prontuários diretamente em dispositivos eletrônicos, o acesso rápido a informações clínicas relevantes e a possibilidade de compartilhamento seguro dos registros entre profissionais de saúde distintos. A informatização também permitiria a integração com outros sistemas, como os de laboratórios e farmácias, para aprimorar a troca de informações e melhorar a qualidade do atendimento prestado aos pacientes.

O objetivo primordial da informatização da Gestão de Prontuários Eletrônicos é aprimorar a eficiência, a segurança e a qualidade dos serviços de saúde. Ao tornar os prontuários eletrônicos acessíveis e interligados, será possível reduzir erros de medicação, evitar repetição desnecessária

de exames, facilitar o acompanhamento do histórico do paciente e agilizar o compartilhamento de informações entre os profissionais de saúde envolvidos no cuidado dos pacientes. Em lugares onde é mais complicado o acesso a internet, essas informações poderiam ser atualizadas off-line e quando disponibilizada a rede seriam feitos os uploads para o sistema automaticamente.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

O USO DA TECNOLOGIA EM FAVOR DOS REGISTROS DOCUMENTAIS DECORRENTES DOS ATENDIMENTOS EM PSICOTERAPIA NO PROGRAMA PRUMOS

Joice de Fatima Colere

Há aproximadamente 03 (três) o Governo do Estado do Paraná lançou o programa de saúde mental do servidor das forças de segurança, intitulado PRUMOS. A partir de então foram criados os CAPs – Centro de Apoio Psicossocial, oferecendo serviços de psicoterapia e apoio assistencial para os servidores e seus dependentes.

Por meio do programa, no ano de 2022 foram atendidos 2.456 servidores, especificamente da Polícia Civil. Dentro das orientações do CFP (Conselho Regional de Psicologia), o psicólogo é obrigado a fazer o registro dos atendimentos por meio do prontuário do paciente. Os profissionais do PRUMOS, atualmente, fazem os registros de forma manual e os guardam em pastas cofres dentro do estabelecimento onde fazem os atendimentos (CAP).

Hoje em dia existem serviços e programas que automatizaram os dados relativos aos atendimentos como por exemplo: as evoluções de prontuários. Se mostrando ferramenta útil a ser implementada nos CAPs. As informações são armazenadas na internet, possibilitando ao profissional fazer a evolução de onde estiver. Além do mais, dificulta o risco de perda dessas informações, que devem ser guardadas por no mínimo 05 (cinco) anos.

Para implantação do serviço de evolução de prontuários online seria necessário passar pelos trâmites legais que envolvem a gestão pública. Primeiramente verificação dos valores médios de custo no mercado, inclusão do valor de gasto no orçamento público, abertura de licitação, contratação da empresa vencedora do certame, implantação do sistema, treinamento dos profissionais e início dos registros das evoluções no sistema informatizado.

REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2019). Resolução nº 006/2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2009). Resolução nº 001/2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente de prestação de serviços psicológicos. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS GRUPOS DE RECURSO HUMANOS

Isabel Macena Pagnoncelli

Este trabalho tem como objetivo manter a eficiência da tecnologia na administração pública, principalmente na área do núcleo de recursos humanos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Além disso, aborda a falta de seguimento do uso de documentos físicos que poderiam estar digitalizados e armazenados em um arquivo morto.

Em primeiro lugar, é importante compreender o conceito de dados abertos conforme definido pela Open Knowledge Foundation - OKF, que afirma: "Dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estar sujeito a, no máximo, requisitos que versam sobre a autoria e uso bilateral de licença".

Por outro lado, existem os dados fechados, que têm um caráter protetivo e seguem outras restrições, como não estar disponível na internet, ter um formato específico, restrições de acesso e identificação do interessado. No contexto em questão, é válido ressaltar o setor de recursos humanos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná - SESP PR, em colaboração com a Secretaria de Administração Pública e Previdência - SEAP PR. O sistema de tecnologia da informação utilizado, como o sistema Meta4, eProtocolo e DOIE, entre outros, tem demonstrado grande eficiência.

É importante destacar que o atendimento aos servidores públicos e exservidores é baseado na oferta de tecnologia da informação por meio de portais de transparência e sites específicos para cada necessidade de informação e serviço. Por exemplo, no NRHS/SESP, os servidores podem solicitar simulações de aposentadoria ou verificar o tempo restante para aposentadoria. Já os exservidores podem solicitar serviços como Certidão

de Tempo de Serviço, Declaração de Tempo de Serviço, Perfil Psicográfico Previdenciário - PPP, por meio de requerimento digital via e-Protocolo ou correio eletrônico.

Estrutura Organizacional: O Departamento de Recursos Humanos está protegido da seguinte forma:

Compete à Divisão de Cadastro de Recursos Humanos (DCRH): I - administrar o cadastro de recursos humanos dos servidores da administração direta e autárquica; II - gerenciar o sistema de folha de pagamento de servidores ativos, civis e militares, da administração direta e autárquica; III - executar e controlar os benefícios concedidos aos servidores e seus dependentes; IV - administrar os sistemas de recursos humanos e fornecer suporte técnico aos Grupos de Recursos Humanos Setoriais e unidades de recursos humanos para uso do sistema; V - analisar e conceder benefícios de contagem de tempo, acervo, adicional por tempo de serviço e emitir certidão de tempo de contribuição para fins de aposentadoria; VI - gerenciar o sistema de consignações em folha de pagamento dos órgãos da administração direta e autárquica, bem como administrar as pensões alimentícias.

No entanto, é necessário fazer uma crítica construtiva em relação a esse procedimento. Às vezes, ex-servidores são encaminhados ao NRHS sem o PPP (Perfil Psicográfico Previdenciário) de origem, ou seja, o ex-servidor trabalhou em um determinado órgão público, que é obrigado a possuir os dados independentes. No entanto, a solicitação de emissão do PPP é encaminhada ao NRHS/SESP sem considerar as providências do órgão de origem. Isso também ocorre com o LCAT, entre outros equívocos.

Nesse sentido, é possível verificar que a implementação de serviços de tecnologia da informação poderia auxiliar de forma mais eficaz nesses procedimentos, selecionando e bloqueando previamente a verificação que não atendem aos requisitos adequados. No caso em questão, o requerimento do PPP só deveria ser protocolado quando acompanhado do PPP de origem, caso contrário, o próprio sistema impediria o andamento do processo.

Também é importante mencionar a existência de arquivos físicos de servidores e ex-servidores antes da digitalização e implementação do sistema Meta 4 e e-Protocolo. Esses documentos ocupam espaço físico em arquivos de papelão e requer o trabalho de estagiários e terceirizados para manuseá-los e digitalizá-los quando ex-servidores solicitam contratos antigos ou documentos perdidos. Essa abordagem ultrapassada de gerenciamento contrasta com os sistemas eficientes e modernos de recursos humanos existentes na administração pública. O tempo, o espaço físico, a mão de obra e os recursos financeiros dedicados a esses processos poderiam ser utilizados de maneira mais eficiente pelo Estado.

Em resumo, conclui-se que a tecnologia da informação é extremamente satisfatória para a estrutura governamental, independentemente de se tratar de Dados Abertos ou Dados Fechados. O que realmente importa é a eficiência e na economia de tempo, espaço físico, maior rentabilidade e menor onerosidade no serviço público, além das oportunidades fornecidas para a inovação e o sucesso.

REFERÊNCIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Secretaria da Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em: jun. 2023

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Recursos Humanos**. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/Recursos-Humanos>. Acesso em: jun. 2023.

AZEVEDO, Gabriel Cosme de. MARQUES, Leonard Manoel Ferreira. A utilização de dados abertos governamentais para viabilidade de novos negócios conforme a LGPD. **Migalhas**. 9 abr. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/343257/utilizacaodedados-para-viabilidade-de-negocios-conforme-a-lgpd>. Acesso em: jun. 2023.

GESTÃO DE DADOS NA APLICAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

Kelvin Fogaça Palhano

Em antecipação a promulgação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), a Senasp já vinha empregando esforços na coleta de dados e informações de interesse da segurança pública desde o ano de 2001, visando a implementação de ações e políticas públicas mais qualificadas.

A coleta informatizada de dados teve origem na implantação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal - SinespJC, em 2004. A solução reúne dados AGREGADOS oriundos das Unidades da Federação, permitindo a elaboração de relatórios e indicadores estatísticos. Seu conteúdo é gerado a partir dos boletins de ocorrência registrados pelas Polícias Cíveis dos Estados e Distrito Federal, reunindo assim, informações sobre o número de ocorrências, natureza do fato registrado, perfil da vítima, perfil do autor, meios empregados, dentre outras.

O primeiro módulo implantado foi o Módulo Polícia Civil, do SinespJC, em plataforma desktop e dados estatísticos dos Boletins de Ocorrência. Em 2010, a plataforma foi reformulada para a versão SinespJC Web.

Nesse modelo, os dados são coletados mensalmente através de formulários eletrônicos e disponibilizados após sua consolidação pelos Gestores Estaduais do Sinesp, permitindo a produção de relatórios a partir da unidade de análise “Município”.

A partir de 2012, com a instituição do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, por meio da Lei nº 12.681/12, iniciaram-se os projetos para a coleta automatizada de dados e a integração dos sistemas estaduais de registro de ocorrências policiais. Em dezembro de 2014, após a conclusão da primeira etapa de

planejamento e desenvolvimento da plataforma Sinesp, foi implementado o Boletim Nacional de Ocorrências Policiais - Sinesp PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) no estado de Roraima, dando início à coleta de dados de registros de ocorrência em tempo real. Posteriormente, a solução foi implantada em outras Unidades da Federação.

Neste cenário, em 2015, foi desenvolvido e disponibilizado às UFs o Sinesp Integração, solução destinada à consolidação de dados e informações de múltiplas fontes em uma única Base Nacional, permitindo, dentre outras atividades, a análise de microdados e a produção de estatísticas e relatórios mais qualificados.

FONTES DE DADOS E INDICADORES

Os dados disponíveis foram extraídos das soluções SinespJC e Sinesp Integração, fontes primárias dos seguintes indicadores: Totais de Ocorrências e Totais de Vítimas de estupro, furto de veículos, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo à instituição financeira, roubo de carga, roubo de veículos e roubo seguido de morte.

É importante ressaltar que as informações apresentadas refletem o nível de alimentação e consolidação de cada Unidade da Federação no SinespJC e Sinesp Integração na data de sua extração, podendo ocorrer atualizações posteriores à publicação. Salienciamos que se considera como último período os dados consolidados que antecedem os últimos três meses, por exemplo: Em fev/2019, serão publicados os dados de jan/2015 a out/2018; em mar/2019 os dados de jan/2015 a nov/2018; e assim sucessivamente. Isso se faz necessário para que os Gestores Estaduais possam coletar, tratar e validar os dados antes do fornecimento e consolidação via SinespJC, não sendo exigido esse processo aos entes que já utilizam o Sinesp Integração e consideram os dados transmitidos como fonte para a produção das estatísticas oficiais.

Com o avanço do Sinesp Integração, espera-se que as Unidades da Federação aprimorem seus processos de coleta de dados e substituam a alimentação manual do SinespJC pelo processo automatizado. Com isso, será possível a divulgação de dados detalhados em períodos mais curtos e com mais qualidade.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DE VESTÍGIOS DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Paola Caroline Alves

A Cadeia de Custódia de Vestígios da Seção de Genética Molecular Forense (SGMF) da Polícia Científica do Paraná (PCP) é responsável por receber amostras de vestígios de crime, armazenar, firmar a integridade da mesma e repassar para o laboratório para o processamento dos devidos exames solicitados. Uma forma de rastreio das amostras e um modo de afirmar que não houve adulteração do vestígio, são os lacres de saída do local enviado e os lacres de entrada do local a ser recebido, respectivamente. Tais lacres são informados no sistema interno do Gestor de Documentos e Laudos (GDL) da PCP.

Assim que a amostra é recebida na central de custódia, faz-se a conferência do número da Requisição de Exame Pericial (REP), a cidade, o nome do envolvido e o número do Serviço de Morte Legal (SML), sendo esse em casos de a amostra ser de um cadáver. Entre 2019 e 2020, foi implementado uma nova forma de rastreamento, que são os lacres que garantem a inviolabilidade do pacote com o vestígio, firmando a integridade ao longo de todo o caminho até à SGMF. Entretanto, para essa conferência ser realizada de forma correta e ágil, uma vez que são recebidos diversos materiais ao mesmo tempo, se torna necessário uma forma de informatização.

Um planejamento para tal informatização, é que além do número dos lacres já existentes para verificação, seria útil que implementassem códigos de barra no próprio lacre e um sistema de equipamento que bipsse esses códigos em uma planilha de recebimento da amostra que já contivesse todos as suas informações, como REP, nome de envolvido, cidade, SML (se houver) e o número do lacre. Todas essas informações seriam

RELATOS

PCPPR

POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DO PARANÁ

inseridas nessa planilha pela fonte de envio (origem), a qual já receberia um aviso que a amostra foi recebida na central de custódia (destino) quando o código de barras fosse bipado.

Como um segundo planejamento, seria possível puxar todas essas informações da amostra para a planilha diretamente do GDL, onde é para estarem corretas as informações nele salvas, uma vez que quem abre a REP, tem como obrigação e responsabilidade de conferir e anexar todos os documentos, como também preencher de forma correta todos os campos, o que tornará o trabalho de todos mais prático, seguro e eficaz.

E por fim, se faz necessário uma impressora de etiquetas de diversos tamanhos, contendo todas as informações do material, podendo essas etiquetas, serem utilizadas em microtubos, envelopes e em até mesmo pacotes maiores para devolução de vestígios, por exemplo.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DO CANAL DE COMUNICAÇÃO DA RECEPÇÃO DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Beatriz Cristina Varela Borgo

Geralmente, a recepção é o primeiro ponto de contato onde as pessoas envolvidas de alguma forma com algum caso criminal, tanto para os familiares de vítimas, exames complementares como corpo de delito ou para aqueles que necessitam obter informações sobre seus familiares desaparecidos. Ao chegar à recepção da Polícia Científica, o indivíduo deve se identificar e explicar o motivo de sua visita e assim, os funcionários da recepção podem solicitar documentos de identificação e detalhes sobre o caso em questão, como boletim de ocorrência por exemplo. Dependendo de cada caso, a pessoa é direcionada para o setor apropriado dentro da Polícia Científica, como a sala de identificação do cadáver, o setor de corpo de delito ou o departamento de protocolo.

Um canal de comunicação eficiente entre a recepção e os médicos dentro da Polícia Científica é de extrema importância para assegurar o bom funcionamento e a prestação adequada de serviços. A recepção da Polícia Científica do Paraná necessitaria de um software que conecte as informações obtidas no momento do cadastro até o atendimento médico. Uma solução seria o pré-cadastro via internet como é no caso de agendamentos em Institutos de Identificação na hora de proceder com os documentos, já que o agendamento é feito apenas via WhatsApp, o que pode dificultar o agendamento pois é necessário responder todas as conversas, o que demanda tempo e há muita discussão sobre horários mais próximos e encaixes, o que não é possível na instituição. Os indivíduos que são submetidos ao exame de corpo de delito precisam realizar o cadastro em cada ocasião em que estiverem presentes, essa informatização seria necessária para que todos os dados e informações cadastrais pudessem ser armazenados. Um canal de comunicação direto e eficiente permite que os médicos sejam prontamente informados sobre a chegada

de pacientes, prontuário ou qualquer outra informação relevante, também haveria uma troca de informações entre a recepção e os médicos, possibilitando a transmissão de dados relevantes sobre os pacientes. Isso diminui o tempo de espera dos pacientes e contribui para uma experiência mais agradável dentro da instituição. O método utilizado atualmente se baseia na utilização de planilha e impressão da mesma para os médicos onde contém as informações principais. Implementar esse canal seria mais eficaz, permitindo uma melhor comunicação e até modificação da agenda entre os médicos e os demais profissionais envolvidos, ajudando a evitar equívocos e otimizando a colaboração entre os diferentes setores do Instituto que inicialmente passam pela recepção.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

PLATAFORMA DIGITAL DE ATENDIMENTO DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Bethania Viana de Oliveira

A recepção na Polícia Científica do Paraná é o local onde as pessoas que têm algum envolvimento com um caso em investigação entram em contato com a instituição. Geralmente, a recepção é o primeiro ponto de contato para os familiares de vítimas ou para aqueles que precisam obter informações sobre o andamento de um caso em específico.

Ao chegar à recepção da Polícia Científica, os indivíduos devem se identificar e explicar o motivo de sua visita. Os funcionários da recepção podem solicitar documentos de identificação e detalhes sobre o caso em questão. Dependendo do motivo da visita, eles podem encaminhar a pessoa para a área apropriada dentro da Polícia Científica, como a sala de autópsia, o setor de investigação ou o departamento de emissão de laudos.

Um canal de comunicação eficiente entre a recepção e os médicos dentro da Polícia Científica é de extrema importância para garantir o bom funcionamento e a prestação adequada de serviços. A recepção da Polícia Científica do Paraná carece de um programa informatizado que interligue as informações colhidas no momento do cadastro até o atendimento médico.

Os indivíduos que são submetidos ao exame de corpo de delito precisam realizar o cadastro em toda ocasião que se fizerem presentes, essa informatização seria necessária para que todos os dados e informações cadastrais pudessem ficar salvos.

Um canal de comunicação direto e eficiente permite que os médicos sejam informados rapidamente sobre a chegada de pacientes, resultados de exames ou qualquer outra informação relevante. Isso reduz o tempo de espera dos pacientes e contribui para uma melhor experiência geral. Também haveria uma troca de informações entre recepção e médicos, possibilitando a transmissão de dados relevantes sobre os pacientes.

A forma utilizada hoje se baseia em impressão de planilha contendo as informações, implementando esse canal seria eficiente, permitindo uma melhor coordenação entre os médicos e os outros profissionais envolvidos, ajudando a evitar mal-entendidos e a otimizar a colaboração entre os diferentes setores do Instituto que primeiramente passam pela recepção.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DA CENTRAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Tania Sezanosky

Uma das áreas da estrutura governamental pública, particularmente da Polícia Científica, que requer informatização é a Central de Custódia. A Central de Custódia é responsável pela guarda e controle dos vestígios, sendo um local que deve garantir a segurança e condições ambientais adequadas para o armazenamento dos vestígios, de modo a preservar suas características. Neste local, são realizadas atividades como a conferência, recepção e devolução de materiais e documentos, permitindo a seleção, classificação e distribuição dos itens. A Central de Custódia é um componente essencial da cadeia de custódia.

A cadeia de custódia, conforme definida pelo Art. 158-A da Lei 13.964 de 2019, é um conjunto de procedimentos utilizados para manter e documentar a trajetória cronológica de vestígios coletados em locais de crime ou em vítimas, com o objetivo de rastrear sua posse e manuseio desde o reconhecimento inicial até seu descarte final. Este processo compreende dez etapas distintas:

1. **Rastreamento:** A primeira etapa, onde é avaliado se um artefato possui potencial para servir como prova pericial.
2. **Isolamento:** A segunda etapa, que envolve o isolamento e preservação dos ambientes imediato, mediato e relacionados aos vestígios e ao local do crime, para evitar qualquer alteração no estado original dos itens.
3. **Fixação:** Nessa etapa, o perito fornece uma descrição detalhada do vestígio conforme encontrado no local do crime ou no corpo de delito, incluindo sua posição precisa, registrada por meio de fotografias. Esta descrição é essencial para a elaboração do laudo pericial.

4. **Coleta:** Após a fixação, o vestígio é coletado para análise pericial, sempre considerando suas características e natureza específicas.
5. **Acondicionamento:** Cada vestígio é embalado individualmente, conforme suas propriedades físicas, químicas e biológicas, para posterior análise. A data, hora e o nome do responsável pela coleta e acondicionamento também são registrados.
6. **Transporte:** O vestígio é transportado do local de origem para outro local apropriado, sob condições adequadas de embalagem, veículo e temperatura, a fim de manter suas características originais e controlar sua posse.
7. **Recebimento:** Nesta etapa, ocorre a transferência formal da posse do vestígio, que é documentada com informações como o número do procedimento, unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome do transportador, código de rastreamento, natureza do exame, tipo de vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.
8. **Processamento:** Consiste no exame pericial propriamente dito, onde o vestígio é manipulado de acordo com a metodologia apropriada às suas características biológicas, físicas e químicas, para obtenção do resultado, que será formalizado em um laudo pericial.
9. **Armazenamento:** O vestígio é armazenado em condições adequadas, seja para posterior processamento, contraprova, nova perícia, descarte ou transporte, vinculado ao número do laudo correspondente.
10. **Descarte:** A última etapa, onde o vestígio é liberado, respeitando a legislação vigente, e, quando necessário, mediante autorização judicial.

A observância rigorosa da ordem cronológica e a correta execução de todos os registros com as informações pertinentes asseguram a manutenção da cadeia de custódia, promovendo a rastreabilidade, integridade e idoneidade dos vestígios, garantindo assim a autenticidade e confiabilidade da prova material. Isso também confere maior agilidade na resolução dos casos.

Especificamente na sétima etapa, o recebimento dos vestígios é atualmente realizado pela Central de Custódia. A Central de Custódia da Polícia Científica do Paraná tem a função de armazenar vestígios e amostras padrão forenses provenientes de locais de crime, assegurando a preservação da cadeia de custódia até a realização do exame pericial.

Os dados abertos aos profissionais dos Institutos de Criminalística, disponibilizados pela Central de Custódia, são atualmente acessados por meio do Sistema Gestor de Laudos (GDL). Este sistema permite o rastreamento dos materiais preservados, incluindo informações sobre os laudos relacionados, o lacre e o número do passivo atribuído pela Central

de Custódia no momento da chegada do material. Além disso, é possível verificar se o material foi retirado, incluindo a data, hora e o responsável pela retirada.

Ao chegar ao setor, os materiais são conferidos pelos responsáveis e armazenados, sendo atribuído um número de passivo. No entanto, este número de passivo, vinculado a Requisição de Exame Pericial (REP), é anotado manualmente em uma planilha física, o que torna o processo de recebimento e armazenamento lento e dificulta o rastreamento dos materiais, uma vez que este é realizado manualmente.

Tem sido observado que os funcionários enfrentam dificuldades em localizar alguns itens quando estes são solicitados para o processamento de exames periciais. Isso ocorre porque os vestígios são armazenados em diferentes locais dentro da Central de Custódia, dependendo de suas características, para garantir a manutenção da originalidade. Esses vestígios podem ser de origem biológica, como sangue, cabelo, pelos, ossos e cartilagem, ou consistir em swabs vaginais ou anais, vestimentas e objetos.

Quando solicitados para processamento, o responsável pelo setor deve localizar o material e registrar a retirada em nome do solicitante. Esse processo exige uma busca manual, demorada e criteriosa, para encontrar o item em questão.

A informatização por meio da tecnologia de Identificação por Radiofrequência (RFID) poderia facilitar o rastreamento desses vestígios, além de contribuir para a manutenção da cadeia de custódia. Isso traria maior agilidade ao processo, além de melhorar o controle e a organização dos materiais na Central de Custódia.

REFERÊNCIAS

Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em: 2023.

LC-MS: A TECNOLOGIA QUE IMPULSIONA AS ANÁLISES TOXICOLÓGICAS

Thiago Bernardi Bodeu

A informatização de uma área envolve a implementação de tecnologia da informação e sistemas computacionais para automatizar, otimizar ou substituir equipamentos, software e hardware obsoletos ou inadequados. O objetivo é aprimorar os processos e atividades operacionais, visando aumentar a eficiência, reduzir erros e melhorar os resultados obtidos.

No campo da toxicologia forense, é importante destacar o laboratório de instrumentação, onde são realizadas análises de diversas amostras biológicas utilizando dois equipamentos de Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (HPLC – High Performance Liquid Chromatography), sensíveis o suficiente para detectar substâncias como drogas, venenos, medicamentos, entre outras. No entanto, não há atualmente padrão primário de referência para análise quantitativa, a qual poderia detectar a quantidade de uma droga ou outras substâncias presentes no material biológico de um indivíduo, como o sangue.

Para atender a essa necessidade, seria necessário modernizar o laboratório de instrumentação, uma forma é iniciando pela aquisição de equipamentos de Cromatografia Líquida acoplada à Espectrometria de Massas (LC-MS – Liquid Chromatography-Mass Spectrometry). Isso permitiria que a toxicologia forense fornecesse suporte mais abrangente e preciso nas investigações criminais. O LC-MS é capaz de quantificar com maior precisão as substâncias presentes nas amostras biológicas do que o HPLC, permitindo que os peritos forenses avaliem a relevância da quantidade dessas substâncias em cada caso. A quantificação de substâncias pode ser crucial para determinar se as quantidades encontradas são compatíveis com o uso recreativo, tráfico de drogas, overdose, ou estabelecer

correlações entre os níveis de substâncias e os efeitos no organismo, fornecendo informações importantes para investigações forenses mais precisas e confiáveis (OLIVEIRA, 2022).

Portanto, a capacidade de quantificar substâncias em análises toxicológicas desempenha um papel fundamental na investigação criminal, fornecendo dados objetivos e embasados cientificamente que auxiliam na busca pela verdade e na busca pela justiça.

REFERÊNCIAS

Oliveira, L. V. A. (2022). **Método analítico para inspeção da autenticidade composicional proteica de queijos frescos por LC-MS/MS** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de PósGraduação em Ciência dos Alimentos, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247508>>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

A DEMANDA POR INFORMATIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Amanda Letícia Magro

Diferentes áreas da Segurança Pública poderiam possuir maior informatização e, deste modo, expandir sua eficiência. Afunilando a questão para o âmbito do Departamento Penitenciário, a gestão das visitas aos internos das Unidades Prisionais poderia se beneficiar da informatização. Este aspecto é responsável por organizar e controlar as visitas de familiares, advogados e outros visitantes autorizados aos presos.

Embora no estado do Paraná a confecção das credenciais de visita seja parcialmente informatizada, algumas ações poderiam ser empreendidas de modo a qualificar os processos envolvidos. Percebem-se fluxos truncados, sistemas de difícil manejo e ações que poderiam contar com maior informatização. Em linhas gerais, a função dessa área é garantir a segurança durante as visitas, bem como manter um registro adequado dos visitantes e das informações relacionadas às visitas e os visitantes. Esses registros são essenciais para garantir a conformidade com as regras e regulamentos do sistema penitenciário, bem como para facilitar a comunicação entre as pessoas privadas de liberdade e seus contatos externos.

Os procedimentos na gestão de visitas envolvem ainda atividades manuais o preenchimento de formulários físicos, a checagem manual da identificação e documentação pessoal dos visitantes, além da organização manual dos horários e datas das visitas. Esses processos podem ser demorados, propensos a erros e podem causar confusão e atrasos durante os períodos de visitas.

RELATOS

DEPPEN
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
PENAL DO ESTADO DO PARANÁ

Maior planejamento de informatização na gestão de credenciais e visitas poderiam automatizar e otimizar as visitas aos internos e tornar o processo mais eficiente, seguro e transparente. Além disso, a informatização permitiria uma melhor organização e controle das visitas, facilitando o acesso dos apenados aos seus contatos externos de maneira segura.

O planejamento para a informatização da gestão de visitas no interior das Unidades Prisionais poderia envolver: i) desenvolvimento e aprimoração de um sistema informatizado para agendamento de visitas, permitindo que os visitantes solicitem datas e horários por meio de uma plataforma online; ii) construção de um banco de dados centralizado e seguro para armazenar as informações dos visitantes e das visitas agendadas, com mecanismos de segurança para proteção dos dados pessoais; iii) implementação de um sistema de controle de acesso nas unidades prisionais, utilizando tecnologias como leitores de impressões digitais ou reconhecimento facial para verificar a identidade dos visitantes; iv) Integração do sistema de gestão de visitas com outros sistemas penitenciários, como o registro de detentos e o controle de segurança das unidades prisionais, bem como, com sistemas de outros órgãos da segurança pública, como a Polícia Civil e Militar; dentre outras.

A ampliação da informatização da gestão de visitas e credenciais no interior das Unidades Prisionais agregaria benefícios significativos, como a redução de filas e espera, a facilitação do agendamento e controle das visitas, a melhoria na segurança e o registro preciso das informações dos visitantes. Além disso, o sistema informatizado poderia fornecer relatórios e estatísticas sobre as visitas, auxiliando no monitoramento e na análise das atividades relacionadas às visitas nestes espaços.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS PRISIONAIS E JUDICIÁRIOS: COMPARECIMENTOS OBRIGATÓRIOS

Ana Cristiane Weber Falcão Melo da Silva

No Brasil, a necessidade de informatização no setor de segurança pública é cada vez mais prevalente. A integração de tecnologia pode trazer inúmeras vantagens para este campo, incluindo o aumento da eficácia dos serviços, a redução de despesas e a racionalização das operações. A transformação digital tem o potencial de otimizar o tempo e melhorar a qualidade geral da segurança pública, bem como ambiental.

Em relação à área jurídica dentro da Segurança Pública do Paraná, seria a forma de modernizar os comparecimentos obrigatórios e de uso interno dos locais, como por exemplo, os assistidos do Departamento Penitenciário, que utilizam dos departamentos de reintegração social, sendo por meio da assinatura eletrônica, ou conjuntamente com reconhecimento facial, bem como, a implementação de cadastros biométricos, como já se é utilizado nos sistemas eleitorais.

A biometria funciona como um reconhecimento do cidadão por meio das digitais, é usada para controlar o acesso físico das pessoas a determinadas áreas e salas, identificar e localizar criminosos e impedir que pessoas não autorizadas acessem digitalmente dados confidenciais protegidos pelos seus criadores. Uma das grandes vantagens da biometria é sua segurança, que pode ser garantida por seus sistemas e procedimentos, bem como, contabilizada a cada acesso ao sistema prisional, se assim for tecnologicamente implantado.

A assinatura eletrônica é uma forma segura e eficiente de assinar documentos e contratos à distância, e não teria forma inválida de estabelecer a mesma nesse sistema. A assinatura contém validade jurídica e pode ser utilizada em diversos processos judiciais, facilitando e colaborando ambientalmente com os inúmeros papéis utilizados para realizar este procedimento.

Em relação ao reconhecimento facial, aparelhos celulares já utilizam a tecnologia para desbloquear telas e outras funções. Na China, também é usado no campo da segurança pública, câmeras de vigilância com reconhecimento facial podem facilitar a identificação de criminosos, especialmente os reincidentes. Nos Estados Unidos, por sua vez, a tecnologia já foi testada em aeroportos. O objetivo, por exemplo, é identificar criminosos e pessoas que tentam entrar no país com vistos vencidos.

No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro realizou um teste durante o Carnaval de Copacabana 2019. A ideia é identificar as pessoas com mandados de prisão e verificar as placas dos veículos para saber se foram furtadas. O experimento resultou na prisão de 4 pessoas. (Sobrinho, Leticia-2021).

A informatização pode ajudar a melhorar a organização e logística das operações estruturais administrativas e policiais, bem como na realização de de relatórios mensais internos de produtividades.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

PROCESSO DE TRIAGEM NO SETOR DE PSICOLOGIA

Gabriella Filibrante Anderson

Atualmente, o setor de Psicologia da Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná, realiza a entrevista de triagem com as pessoas privadas de liberdade (PPL) que chegam na unidade. Esse procedimento inicial consiste na coleta de dados da PPL para acompanhamento futuro, caso o apenado ou outro setor solicite a realização do atendimento psicológico.

A entrevista de triagem é realizada manualmente e os dados coletados ficam em pastas físicas guardadas no setor. Posteriormente, esses dados são transferidos para uma planilha e são feitos gráficos, procedimento este, que leva tempo. Quando é preciso realizar um atendimento com uma PPL, é necessário procurar nos documentos físicos a triagem para saber os dados básicos da pessoa.

Uma alternativa para informatizar essa atividade, seria criar um sistema onde pudéssemos preencher o formulário de entrevista de forma online e automaticamente os dados de todos os entrevistados fossem transformados em gráficos. Essa informatização além de otimizar o tempo de trabalho dessa demanda, também evitaria o uso de papel, e o espaço físico onde são guardados os arquivos poderia ser melhor aproveitado.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná - SESP/PR, possui o Sistema de Gestão de Execução Penal – SIGEP, e nesse sistema há campos para registro de atendimentos de todos os setores na unidade prisional. Nesse mesmo software poderia haver o campo com o formulário de triagem da psicologia, e também, o mesmo programa poderia criar os gráficos.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

PLANEJAMENTO PARA INFORMATIZAÇÃO DE SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO NO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

Giovanna Storrer Garib

O Departamento de Polícia Penal utiliza como registro de horário de trabalho dos servidores o ponto manual. Esta modalidade está sujeita a rasuras, erros e até mesmo fraudes, porque é praticamente impossível saber a veracidade daquelas informações anotadas. Assim, um processo de informatização para registro de ponto eletrônico ou online será abordado como alternativa melhor à atual.

Após avaliação das peculiaridades do Departamento, como quantidade de servidores e horários de trabalho, deve selecionar o que atende melhor às necessidades, que seria um aplicativo móvel com sistema de armazenamento em nuvem.

Preliminarmente, é essencial realizar testes em um ambiente controlado, verificando a compatibilidade do aplicativo com diferentes dispositivos e sistemas operacionais utilizados pelos servidores. Também deve haver comunicação e treinamento para o uso dessa nova forma de registro.

A próxima fase seria a implementação gradual, começando por uma equipe piloto ou um setor específico, para identificar problemas antes de expandi-lo. Verificada a possibilidade e realizada a integração total, deverá haver monitoramento e avaliação contínuos, para identificar possíveis melhorias e ajustes necessários. Será necessário um plano de manutenção e suporte técnico para a tecnologia.

A conformidade com a legislação trabalhista sobre o controle de horários é obrigatória, bem como com a Lei Geral de Proteção de Dados. Se tratando de um registro com sistema de armazenamento em nuvem, há dados abertos como informações como relatórios de horas trabalhadas, registros de entrada e saída dos funcionários. No entanto, merecem particular atenção os dados fechados, que podem incluir informações

personais dos funcionários, como nomes, números de identificação, detalhes de contato, salários, informações médicas ou outras informações sensíveis.

Afinal, é importante envolver os principais interessados e obter retorno ao longo de todo o processo para garantir uma implementação bem-sucedida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **O que são dados abertos?** Portal Brasileiro de Dados Abertos. 2023. Disponível em: <https://legado.dados.gov.br/pagina/dados-abertos>. Acesso em: jun. 2023.

NEVES, Julia. **Ponto digital:** como implantar um controle de ponto online? Oitchau, 2023. Disponível em: <https://www.oitchau.com.br/blog/ponto-digitalcomo-implantar-um-controle-de-ponto-online/>. Acesso em: jun. 2023.

REDATOR PONTOTEL. **Entenda qual é a importância da marcação de ponto para a sua empresa.** Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/marcacao-deponto/#:~:text=Boa%20leitura!,O%20que%20%C3%A9%20a%20marca%C3%A7%C3%A3o%20de%20ponto%3F,como%20entrada%2C%20almo%C3%A7o%2C%20sa%C3%ADda>. Acesso em: jun. 2023.

INFORMATIZAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DE ANÁLISES DE PROCESSOS JUDICIAIS

Guilherme Ramos Schuindt

No âmbito do Departamento Penitenciário, uma das atividades desempenhadas manualmente pelos servidores consiste na análise de processos judiciais de apenados envolvidos em outros processos fora da execução penal. Geralmente, esses processos são de acesso público e têm seus dados disponibilizados na maioria das vezes. É importante ressaltar que, mesmo quando um apenado possui um regime penal mais brando concedido pelo juiz da execução penal, ele pode estar enfrentando um processo fora dessa área com um mandado de prisão em vigor. Atualmente, a busca e análise desses processos são realizadas de forma manual por meio do sistema oráculo, o qual está integrado ao sistema projudi.

Uma proposta viável seria a informatização dessa atividade por meio da implementação de um sistema de inteligência artificial (IA), o qual aceleraria o processo de análise e garantiria maior segurança das informações. Para concretizar essa informatização, seria necessário elaborar um planejamento detalhado e criar um banco de dados que abrangesse todas as possíveis hipóteses de decisões judiciais, permitindo também a inclusão de novas possibilidades no futuro. A IA poderia aprender e aprimorar seu desempenho por meio da observação do trabalho de um servidor, que atuaria como treinador.

Adicionalmente, seria fundamental estabelecer convênios com os Tribunais de Justiça de todos os estados, visando garantir uma abrangência ampla nas análises realizadas. Essa parceria possibilitaria o acesso a um maior número de processos e a obtenção de informações mais abrangentes.

A informatização da análise de processos por meio da inteligência artificial traria benefícios significativos, como a otimização do tempo, a redução de erros humanos e a garantia de maior segurança nas respostas obtidas.

Contudo, vale destacar que esse processo requer um planejamento sólido, o desenvolvimento de uma infraestrutura adequada e a colaboração com instituições relevantes para sua efetiva implementação e sucesso.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

OTIMIZAÇÃO DE ESPAÇO E TEMPO DE LABOR

Haysa Gabriella Peters

A tecnologia tornou-se essencial na vida cotidiana, envolvendo diversas ações presentes no dia a dia, como a técnica de trabalho, no sentido de atuação ao simplificar e agilizar o labor, otimizando tempo, espaço físico para resguardo de conhecimentos e dando acesso aos mais diversos conteúdos e as mais diversas áreas, possibilitando comunicações e repasse de informações em esfera global e sendo extremamente utilizada à segurança pública.

A Secretaria de Segurança Pública (SESP), é um órgão governamental responsável por nortear e inspecionar as ações de várias instituições policiais, abrangendo a polícia penal, sendo esta a entidade a qual vincula-se a Penitenciária Industrial de Guarapuava – PIG.

Analisando a tecnologia como meio de otimização de tempo e espaço físico na referida penitenciária, e analisando o ambiente em relação aos hardwares, caracterizados por formar o conjunto de equipamentos de formação da tecnológica disponível, é possível a percepção de que tais dispositivos poderiam abranger um espaço maior no órgão, a fim de aperfeiçoar a utilização de tempo e de estrutura física de trabalho.

Tal constatação veio através da análise do arquivo no setor de serviço social, no qual ainda é utilizado um arquivo físico tradicional, um móvel com várias gavetas e várias pastas onde são guardados os prontuários dos custodiados, a fim de consultas perante necessidade ao atendimento.

O ideal seria transformar todas as informações disponíveis em meio material físico, para o meio digital através da utilização da tecnologia, criando um software parecido com um servidor, o qual poderia ser utilizado sem a necessidade de internet, de modo remoto, tendo o hardware ao qual seria instalado durabilidade de carga de bateria suficiente para utilizá-lo por alguns dias, sendo possível disponibilizá-lo em alguns dispositivos (nesta

etapa podendo utilizara conexão de rede) e conectar-se a ele através de uma senha de acesso, dispondo somente aos profissionais necessário, visto que sigilo profissional e de informações de usuários é imprescindível para o serviço social.

Conclui-se que a criação de um software como o descrito, especificamente para o material guardado em arquivo físico, resolveria a preocupação em não conseguir acessá-lo estando sem conexão com a internet ou até mesmo sem luz, otimizando o tempo de arquivar os prontuários e de procura, bem como o espaço físico disponível no setor.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INOVAÇÃO NA REMIÇÃO DE PENA POR ESTUDO NO PARANÁ: PROPOSTA DE INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE CORREÇÃO DE RESENHAS LITERÁRIAS EM ESTABELECIMENTOS PENAIS

Jennifer de Oliveira Martins

O Estado do Paraná foi pioneiro a implantar o Programa Remição da Pena por Estudo através da Leitura no âmbito dos Estabelecimentos Penais com a publicação da Lei 17.329/2012. Através dele, a pessoa privada de liberdade, de forma voluntária, realiza a leitura de uma obra literária e elabora um relatório de leitura/resenha, que é corrigida por um professor de Língua Portuguesa conforme Sistema de Avaliação adotado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado do Paraná. Assim, a PPL tem o direito de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal.

Ocorre que cada estabelecimento penal conta com um professor de língua portuguesa e um pedagogo concursados para corrigir as resenhas de forma presencial, que atuam exclusivamente no local para atender esta demanda. Isso leva a um subaproveitamento dos profissionais, que poderiam lecionar em outros locais e realizar a correção de forma on-line, não necessitando estar presencialmente na unidade.

Para que ocorra a informatização deste processo, é importante selecionar uma plataforma de correção de redações online confiável e adequada às necessidades. Esta deve oferecer recursos como upload de redações, ferramentas de marcação e feedback, segurança dos dados e capacidade de escalabilidade.

Os corretores deverão seguir o Sistema de Avaliação já citado, porém terão treinamento adequado para garantir que eles estejam familiarizados com a plataforma de correção online e suas funcionalidades.

Será necessário um recurso humano para a digitalização das redações em formato legível por máquina, como PDF. As redações digitalizadas deverão ter um sistema de armazenamento seguro, bem como a plataforma de correção online, com medidas adequadas de segurança para proteger

os dados dos alunos. Tratando-se de pessoas privadas de liberdade, os dados são fechados, ou seja, não são amplamente acessíveis ao público. Isso pode envolver o uso de criptografia, backups regulares e controle de acesso aos dados.

Após a configuração da plataforma, de acordo com os critérios e as diretrizes de correção estabelecidos, como a definição de categorias de feedback e a configuração de pontuações. Por fim, é necessário a implementação de prazos e de fluxo de trabalho e o monitoramento e avaliação contínuos, por meio do acompanhamento do processo de correção. Assim é possível identificar problemas ou desafios e fazer ajustes conforme necessário.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Metodologia de Gestão por Processos**. 2016. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/visao_360/processos/fluxos_de_trabalho_do_cnmp/secretaria_de_gestao_estrategia_sge/manual_de_processos_de_trabalho/Metodologia_GE_STAO_POR_PROCESSOS_janeiro_2016.pdf. Acesso em: jun. 2023.

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ. **Em dez anos, Remição pela Leitura ajudou 35 mil pessoas no sistema penitenciário**. 2022. Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/Noticia/Em-dez-anos-Remicao-pela-Leitura-ajudou-35-mil-pessoas-no-sistema-penitenciario>. Acesso em: jun. 2023.

INFORMATIZAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Jeniffer Riscielly De Souza

A tecnologia da informação se tornou essencial nos dias atuais, tanto nas relações interpessoais, quanto nas relações de trabalho, facilitando a comunicação e proporcionando agilidade, eficiência e segurança na realização de demandas. No âmbito do setor público não é diferente, diversas ferramentas tecnológicas vêm sendo adotadas, com o intuito de otimizar os procedimentos administrativos e promover acessibilidade à população.

As inovações tecnológicas desenvolvidas no setor público são classificadas doutrinariamente em inovação incremental, inovação radical e inovação transformacional. A inovação incremental se traduz em pequenas alterações em rotinas já existentes, a radical indica um novo serviço e as transformacionais, por sua vez, possuem o condão de transformar um setor (MULGAN; APURY apud DIAS; SANO; MEDEIROS, 2019, p. 22).

Dentre as classificações trazidas, destacam-se as inovações incrementais, em razão de serem fundamentais para a melhoria dos processos internos das organizações:

A inovação incremental dificilmente tem o potencial de mudar a forma como as organizações se estruturam ou se relacionam umas com as outras, mas são essenciais para a melhoria contínua na qualidade dos serviços públicos e sua adaptação às necessidades específicas de cada localidade. Nesse tipo de inovação se encaixam, por exemplo, as ferramentas baseadas na TIC que permitem organizar procedimentos administrativo-financeiros (DIAS; SANO; MEDEIROS, 2019, p. 22).

Considerando as inovações incrementais como pequenas alterações necessárias para melhoria de processos internos já existentes, o presente trabalho pretende analisar a possibilidade de aplicação de inovação

incremental especificamente na Comissão Técnica de Classificação da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa - PEPG US, em razão de ser uma das poucas áreas ainda não informatizadas nesta unidade prisional.

A Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG - US), trata-se de unidade de segurança máxima para a custódia de pessoas privadas de liberdade (PPL), pertencente à 2ª Regional Administrativa do Departamento de Polícia Penal do Paraná.

No aludido Departamento de Polícia Penal, há importantes órgãos auxiliares, trazidos pelo artigo 14 do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, quais sejam: I - Comissão Técnica de Classificação; II - Conselho de Reclassificação e Tratamento; III - Creche” (PARANÁ, 1995, grifo nosso).

A Comissão Técnica de Classificação (CTC), nos termos do artigo 18 do diploma supracitado, é responsável por desenvolver programa individualizado e fiscalizar a execução da pena; propor progressão e regressão de regime, assim como conversões; reabilitação de faltas leves e médias; estudo e proposição de medidas para melhoria da política penitenciária aos custodiados (PARANÁ, 1995).

Para fim de elaboração de programa individualizado de execução da pena, a CTC da PEPG US realiza, por meio de equipe multidisciplinar, a análise jurídica dos aspectos executórios da pena, do perfil social e psicológico, de ensino e de comportamento dos custodiados, a qual é encaminhada posteriormente para a Direção da unidade. Nesse sentido, disciplina o artigo 30 do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná:

Art. 30. Os condenados serão classificados, segundo o sexo, faixa etária, antecedentes, personalidade, quantidade de pena, natureza da prisão e regime de execução, para o tratamento específico que lhe corresponda, e para **orientar a individualização e a execução da pena. § 1º – O exame de classificação inicial será realizado pela Comissão Técnica de Classificação**, no Centro de Observação Criminológica e Triagem, e compreenderá: I – exame médico; II – exame psiquiátrico; III – exame psicológico; IV – verificação da situação sócio-familiar; V – investigação científico-pedagógica; VI – pesquisa sociológica; VII – verificação da situação jurídico-penal (PARANÁ, 1995, grifo nosso).

A referida análise e classificação, atualmente, vem sendo desenvolvida na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa de forma manual, com registros sendo realizados pela equipe multidisciplinar de forma escrita em formulários físicos, que são repassados entre os setores competentes.

Convém destacar que as informações pessoais dos custodiados são caracterizadas como dados pessoais sensíveis pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), por essa razão devem ser restritos aos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da situação executória. Todavia, esse fato não impede que haja a informatização dos relatórios expedidos pela CTC.

Atualmente, grande parte dos trâmites e rotinas administrativas do Poder Executivo do Paraná são realizados por meio do Sistema de Gestão de Documentos denominado eProtocolo, o qual foi regulamentado e ratificado como sistema oficial de gestão dos órgãos da Administração Direta e Indireta pelo artigo 1º, do Decreto Estadual n.º 7.304/2021.

Há também o software livre Expresso, lançado no ano de 2004 para substituir o correio eletrônico, com diversas funcionalidades como agenda, mensageiro, gerenciador de demanda e mecanismos de segurança (PARANÁ, 2004).

A implantação desses sistemas demonstra a iniciativa do governo estadual no sentido de promover a inovação tecnológica no setor público, com a integração dos departamentos, automação de processos, aperfeiçoamento de serviços e maior transparência de dados, em consonância com a legislação nacional.

Nesse contexto, entende-se que a informatização dos pareceres realizados pela CTC pode ser realizada através da remessa dos relatórios por via digital, por sistema eProtocolo ou Expresso, em razão de serem canais oficiais do Estado que permitem o envio de documentos para os setores/departamentos responsáveis, bem como a inclusão de resposta e assinatura. A implantação dessa inovação incremental, sendo pequena alteração procedimental, aprimorará o processo já existente, trazendo mais praticidade, segurança e eficiência para o trabalho desenvolvido pela CTC da PEPG US.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Diário Oficial da União, de 15 de Agosto de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: jun. 2023.

COSTA JUNIOR, Hélio Lemes. **Informática para administradores**. Brasília: CAPES: UAB, 2015. 128p. Disponível em: <https://www.formacaodocente.unespar.edu.br/mod/folder/view.php?id=949>. Acesso em: jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO PENAL DO PARANÁ. **Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná**. Disponível em: https://www.deppen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/estatuto_depen.pdf. Acesso em: jun. 2023.

DIAS, Tiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap, 2019. p. 102.

Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4284/1/8_Livro_Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20tecnologias%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o%20na%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica.pdf. Acesso em: jun. 2023.

GROCHOKI, Luiz Rodrigo; CASTILHO, Alexandre Gori de. **AULA IV: Introdução à tecnologia da informação**. Disponível em <https://www.formacaodocente.unespar.edu.br/mod/folder/view.php?id=952>. Acesso em: jun. 2023.

PARANÁ. **Celepar lança novo produto em software livre chamado “Expresso”**. Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <http://www.pr.gov.br>. Acesso em: jun. 2004.

PARANÁ. Decreto Estadual nº. 1276, de 31 de outubro de 1995. **Estatuto Penitenciário do Paraná**. Diário Oficial do Paraná, de 31 de outubro de 1995. Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/Pagina/Estatuto-Penitenciario-do-Estado-do-Parana>. Acesso em: jun. 2023.

PARANÁ. Decreto Estadual nº. 7304, de 13 de abril de e 2021. **Diário Oficial do Paraná**, de 13 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/Pagina/Estatuto-Penitenciario-do-Estado-do-Parana>. Acesso em: jun. 2023.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: MODERNIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS SISTEMAS NAS UNIDADES PENITENCIÁRIAS

Jorge Willian da Silva dos Santos

Levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo aluno residente dentro do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná – DEPPEN, mais especificamente na unidade Penitenciária Estadual de Londrina II - PEL II. Considerando o trabalho desenvolvido junto ao setor de Serviço Social, onde parte segue sendo desenvolvido de modo tecnológico e informatizado, podemos dizer que ainda persistem práticas manuais e não introduzidas digitalmente, não apenas, mas desencontros entre unidades penais e setores quando relacionado a informações e dados referente às pessoas privadas de liberdade.

Iniciando a reflexão partindo da experiência cotidiana posta na unidade citada inicialmente, podemos observar a prática e processo feito pelo setor do Serviço Social. O atendimento Inicial e ou triagem com as pessoas privadas de liberdade. Feito a partir de um procedimento inicial de atendimento junto ao apenado que cumpriu os 15 dias de chegada à unidade, o profissional Assistente Social preenche um formulário ainda de forma manual que posteriormente caso haja a necessidade de alimentação do sistema digital da unidade (COETUS), e também o Sistema de Gestão da Execução Penal (SIGEP). Cabe refletir alguns pontos presentes: i) A unidade faz uso de outros sistemas, estes são os principais usados pelo setor Serviço Social; ii) A existência de desencontros na rede de dados e informações entre unidades quando relacionados à pessoa privada de liberdade e a sua rede socioafetiva. iii) Necessidade de padronização entre os sistemas internos das unidades penais para disponibilidade entre os profissionais e mobilidade de trabalho; iiiii) Trazendo para unidades do município de Londrina-Pr, seria interessante o diálogo também com o Sistema Informatização da Rede de Serviços socioassistenciais (IRSAS).

Esta aproximação tem como intuito o levantamento de dados junto com a pessoa privada de liberdade para compreender a realidade deste no momento e o que tem passado durante o processo de cumprimento da pena, para além disso, levantar possíveis alterações de dados como: informações pessoais, rede socioafetiva e as demandas individuais do privado de liberdade.

Neste caminho, a/o profissional, Assistente Social, busca compreender se o apenado tem recebido visita de familiares ou amigos, sacola com utensílios de higiene e alimentação, as condições de saúde e educação em que se encontra, e se os documentos pessoais estão em posse seja do mesmo (arquivado no prontuário) transitando pelas unidades em que este passar ou na posse de familiares e amigos. Em muitos casos os documentos pessoais dos apenados “somem” ou são extraviados durante o cumprimento da pena.

Os dados levantados pelo profissional junto a pessoa privada de liberdade, são dados algumas vezes já obtidos pelo sistema da unidade, mas existe casos presente que há a mudança destas informações. Estes dados passam a ficar restritos a unidade e alimentado de forma manual para o sistema gestor da unidade, a partir do momento que seja necessário a atualização de informações ou a retirada de dados quando observando a inexistência de vínculos.

Seguindo para a conclusão, apenas o preenchimento deste formulário é feito no atendimento inicial e ainda segue sendo construído de forma manual, não por falta de computadores, mas, acredito pela não sistematização digital deste contato inicial. Neste processo caberia a organização de um sistema onde já seria relacionado a plataforma da unidade para quando observado alterações, seria ali alimentado e disponibilizado a todos os setores ou apenas ao Serviço Social.

Caso exista o interesse da unidade, mas também variando o entendimento da(os) Assistentes Sociais atuantes na unidade e sua relativa autonomia, compreendo que este contato direto, olho no olho, possibilita um contato franco com a pessoa privada de liberdade. Quero dizer neste sentido que o profissional ali atrás do computador, diretamente falando, pode limitar a abertura de diálogo dos apenados, seria interessante a mudança de certo ponto de vista, porém, cabe a reflexão em um maior período.

Por fim e para além da reflexão, é importante destacar que a padronização dos sistemas de unidades penais tem sua importância. Outro ponto segue em se criar estratégias para aproximação com rede socioafetiva de internos quando não existente. É necessário possibilitar à pessoa privada de liberdade atividades possíveis como cursos, atividades para não se manter em ociosidade, se garanta a estes os direitos humanos, sociais e as políticas públicas de forma digna, gratuita, e com qualidade.

REFERÊNCIAS

Departamento Penitenciário do Estado Do Paraná. (DEPPEN). Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/Pagina/Historia-da-Policia-Penal-do-Parana>. Acesso em: jun. 2023.

Prefeitura Municipal de Londrina-PR. Secretaria de Assistência Social - IRSAS. disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/menu-oculto-assistencia/irsas>. Acesso em: jun. 2023.

IMPLEMENTAÇÃO DE LEITOR DE DIGITAIS PARA COMPROVAÇÃO DO COMPARECIMENTO DE APENADOS NOS PATRONATOS PENITENCIÁRIOS

Letícia Bizerra Cherobim

A Lei de Execuções Penais, Lei 7.210/84, em seu Art. 115, estabelece como condições obrigatórias ao cumprimento do regime aberto a permanência, durante os períodos de repouso e dias de folga, em local designado, a saída para trabalho, com posterior retorno, em horários fixados, a proibição de se ausentar da cidade de residência sem autorização judicial e o comparecimento, quando determinado, em juízo, para justificar e informar atividades.

Em que pese o determinado no referido artigo, o comparecimento para justificativa de atividades não se dá, obrigatoriamente, em juízo. Em diversas cidades, o comparecimento obrigatório estipulado para o cumprimento de regime aberto se dá de maneira periódica no Patronato Penitenciário. Tal órgão figura como órgão da execução penal, conforme estabelece o Art. 61 da Lep, tendo como competências originárias, previstas no Art. 79 da mesma normativa, a orientação dos condenados a penas restritivas de direitos, a fiscalização do cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana e a colaboração na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

Assim, a fiscalização do cumprimento das condições associadas ao regime aberto pelo Patronato Penitenciário se dá ante a já fiscalização das penas restritivas de direito pelo órgão, que apresentam semelhanças ao regime aberto. Desta forma, o comparecimento dos condenados em regime aberto passa a ser periódico, não mais mediante determinação do juízo de Execuções Penais, no Patronato Penitenciário, que passa a informar ao juízo, nos autos de execução penal, o comparecimento ou os eventuais descumprimentos do apenado.

No caso específico das penas em regime aberto, o apenado passa por audiência admonitória, onde é informado das condições específicas de cumprimento do regime, e, posteriormente, em seu primeiro comparecimento, informa seus dados referentes a domicílio e ofício ao órgão fiscalizador, sendo orientado a informar eventuais mudanças.

Nesta feita, frequentemente, no momento do comparecimento ao órgão fiscalizador, o apenado em regime aberto apenas informa seus dados e assina o atestado de comparecimento fornecido pelo servidor do órgão em questão, que, posteriormente, o juntará aos autos de execução penal.

No entanto, tal procedimento, da emissão do termo de comparecimento à juntada do mesmo aos autos de execução penal, poderia deixar de se dar de maneira manual, com a instalação de um leitor de digitais no órgão fiscalizador. Tal aparato, possibilitaria, mediante o cadastro de digitais dos fiscalizados na primeira apresentação, que a partir da leitura da digital, fosse emitido o atestado de comparecimento, sem a necessidade de intermédio do servidor do órgão, com a emissão de um comprovante ao apenado.

Seria possível, ainda, com um sistema semelhante ao que existe para monitoração eletrônica, que automaticamente informa infrações de fim de bateria ou de rompimento do aparato nos autos do apenado fiscalizado, imediatamente informar o comparecimento do apenado ao órgão fiscalizador. Ainda, seria possível que sistema informasse se o comparecimento se deu dentro do prazo periódico, sendo necessário o intermédio do servidor do órgão fiscalizador apenas nos casos em que fosse necessária alguma atualização cadastral.

Tal implemento tecnológico possibilitaria, de maneira não muito custosa ao órgão fiscalizador, otimizar o trabalho dos servidores do órgão, que acumulam diversas funções, tornando mais célere o procedimento de comparecimento dos apenados em regime aberto, que hoje, na cidade de Londrina, são mais de 2.600, conforme dados atualizados da SESP, além de facilitar a identificação dos casos em que há descumprimento das condições impostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 2023.

CRENCIAMENTO DE VISITANTES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PARANAENSE

Luara Krishna Caron

Em todo o estado do Paraná, é necessário o credenciamento para que qualquer cidadão possa realizar visitas e entregar materiais de higiene e uso pessoal para amigos e parentes que estão privados de liberdade, cumprindo a pena em unidade penal estadual. A realização de tal credenciamento é realizada pelos setores de Serviço Social de cada unidade, ou da Central de Credenciais. Assim como na grande maioria das unidades penais, na Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná, o credenciamento fica a cargo do Serviço Social, configurando-se como uma das principais atividades desenvolvidas habitualmente pelo referido setor.

O credenciamento é realizado da seguinte maneira: o requerente deve consultar no site do Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPEN PR) a lista de documentos necessários para requerer o credenciamento. Após isso, deve reunir a documentação, tirar cópias, autenticá-las em cartório e enviá-las por correio para a unidade. Após recebida a documentação pelos profissionais responsáveis, a documentação será analisada, e se caso for deferido o processo de credenciamento, o profissional irá realizar um cadastro da credencial no sistema SIGEP e confeccionar a carteirinha física manualmente, utilizando uma seladora. A carteirinha é um documento composto por uma foto e alguns dados básicos do visitante e da pessoa privada de liberdade a qual ela está vinculada. Após finalizada, a carteirinha deve ser retirada na portaria da unidade pelo requerente, desde que tenha um documento oficial com foto em mãos. A partir daí, a pessoa credenciada poderá realizar visitas e entregar/enviar sacolas/SEDEX para seu familiar/amigo em condição de privação de liberdade em qualquer unidade do Paraná em que ela esteja, sempre mediante a apresentação do documento oficial com foto e da carteirinha. Além disso, a veracidade da carteirinha é consultada no cadastro da credencial no

sistema SIGEP. Se caso o visitante perder a carteirinha, este deve abrir um boletim de ocorrência (BO) relatando o extravio da credencial, e enviar para a unidade por correio o requerimento da segunda via, novas fotos 3x4, e o comprovante de abertura de BO.

Acredito que o que poderia ser otimizado neste processo é possibilitar o envio dos documentos por parte do requerente via email, neste caso, a documentação poderia ser autenticada digitalmente. Essa mudança traria diversas otimizações para todo este processo pois o tornaria mais rápido, diminuiria os gastos financeiros com correio por parte do requerente, evitaria que houvesse perdimento de documentos no processo de envio e /ou transferência entre unidades penais, e possibilitaria o posterior fácil acesso aos documentos, se estes fossem anexados ao cadastro do requerente no SIGEP, ao invés de arquivados.

Mais uma mudança que acredito ser necessária é a eliminação da carteirinha física, pois não é um documento com nenhum mecanismo de segurança de autenticidade. Portanto, a eliminação da credencial não traria nenhum prejuízo a segurança da instituição, apenas eliminaria mais uma burocracia, pois, na entrada da unidade penal, para que a pessoa credenciada possa realizar visitas, a apresentação do documento oficial com foto, e a consulta no sistema SIGEP por parte do funcionário da unidade para verificar se determinada pessoa de fato é credenciada, seria o suficiente. Evitaria também certas burocracias desnecessárias, como a emissão da segunda via da carteirinha, pois eliminaria o retrabalho do setor de serviço social de emitir mais uma carteirinha, mais gastos gerados no processo de requerer a segunda via para o requerente e a restrição durante esse trâmite da pessoa em condição de restrição de liberdade de receber visitas.

Apesar de algumas críticas, a forma que o credenciamento é realizado atualmente também tem suas qualidades, pois o credenciamento vale dentro de todas as unidades penais do Paraná. Isso otimiza muito o processo, pois se todas as vezes que uma pessoa é transferida para outra unidade houvesse a necessidade de fazer uma nova credencial, o processo seria extremamente moroso e os direitos das pessoas privadas de liberdade e de seus familiares e amigos seriam ainda mais violados.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

PLANEJAMENTO PARA INFORMATIZAÇÃO

Luiza Azevedo Tavares

Atuo como residente técnica em Psicologia na Penitenciária Feminina de Piraquara. A responsável pelo setor de Psicologia nessa unidade é também minha supervisora, trabalhamos em duas. A sala é reservada, separada dos demais setores, pois nossa atuação exige sigilo profissional, por isso temos esse espaço privado para trabalhar e atender as pessoas privadas de liberdade (PPL).

A atuação profissional do/a psicólogo/a prevista na Lei de Execução Penal (LEP), que é o documento norteador das atividades dos servidores da área Penitenciária, não dispõe sobre o atendimento psicoterapêutico como atividade do/a profissional de Psicologia, entretanto com a demanda desse ambiente, é imprescindível atendê-las e dar suporte psicológico, ou seja, atendimento psicológico individual. Portanto, é uma das atividades que se destaca na rotina do setor.

No entanto, para chamá-las ao atendimento temos, obrigatoriamente e por questão de segurança, acionar o setor de Segurança para realizar o deslocamento da PPL de seu cubículo ao setor da Psicologia. Para isso, fazemos um bilhete, em papel, escrito à mão, com o nome completo da PPL, os dados da galeria e cubículo e o nome do setor da Psicologia, para que possam identificar quem estamos chamando e para onde a PPL deve ser encaminhada. Este bilhete é levado pessoalmente até o setor da Segurança, que fica no lado oposto do prédio e aguardamos no setor a chegada da PPL. Mas, esse procedimento traz algumas dificuldades, pois, ao chamá-las podem ocorrer contratemplos e não temos como saber, pois em nosso setor não há um meio de comunicação com o setor da Segurança. Há ocasiões, em que ficamos aguardando por um período longo

e temos que nos deslocar ao setor da Segurança para ter atualizações. Dito isto, atualmente, utilizamos um procedimento falho que compromete a qualidade e fluência do trabalho em nosso setor.

Portanto, a proposta é informatizar o meio de comunicação entre os setores, principalmente com a Segurança, criar uma comunicação interna para solicitar encaminhamentos, mas também para acompanhar os procedimentos. Além do mais, é interessante termos comunicação com demais setores também, como com o Serviço Social e Administrativo, que cotidianamente interagimos para solucionar demandas de trabalho. Isso pode ser feito com a instalação de um telefone/interfone, ou até mesmo um sistema de Chat interno, preconizando a segurança das informações e agilizando os procedimentos.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

CRIAÇÃO DE SISTEMAS PARA O ARMAZENAMENTO DAS INFORMAÇÕES ACERCA DOS BENS ACONDICIONADOS NA UNIDADE PRISIONAL PERTENCENTES AOS INTERNOS

Marina de Oliveira Modesto

Esclareço, por oportuno, que estou lotada na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, ou seja, no departamento penitenciário, órgão precário quando se fala em tecnologia.

Atualmente exerço a residência no setor de divisão de prontuários e movimentação – DIPROM, na penitenciária a qual estou lotada, neste local é onde ficam as documentações dos internos, responsável também pelas escoltas, canal direto com o judiciário, entre outras atribuições.

Entretanto, a função escolhida para a realização da proposta do presente desafio é relativa ao recebimento de novos reclusos de outras unidades prisionais, uma vez que o recebimento é feito de forma manual, não informatizado.

Quando os presos chegam à unidade com pertences e documentos, esses objetos são recebidos e lançada a informação em uma pasta, a qual fica arquivada apenas no sistema da unidade, o que não é nada seguro e prático. Os pertences dos internos são guardados em um cofre.

Essa ação, de recebimento de objetos dos detentos, deveria estar informatizada, de modo que quando o detento deste saída da unidade acusasse se o mesmo tem ou não objeto armazenado no cofre, pois acontece de vários detentos saírem da unidade por meio da progressão de regime, ou por transferência para outra unidade prisional e seus pertences não acompanharem.

Esse desencontro de dados gera inúmeros prejuízos, um deles é o acúmulo de objeto e a dificuldade de destinar os objetos aos seus respectivos donos. Ainda, o fato de esses dados não estarem armazenados na nuvem exige grandes espaços físicos, resultando em custos elevados de armazenamento e gerenciamento, armazenar informações em nuvem, reduz drasticamente os custos e liberando para outros fins.

O arquivamento de dados de forma informatizada é de extrema importância nos dias de hoje devido à crescente quantidade de informações que são geradas, armazenadas e acessadas diariamente. O avanço da tecnologia e a evolução dos sistemas de computação permitiram o desenvolvimento de soluções eficientes para o armazenamento, organização e recuperação de dados, trazendo inúmeros benefícios para indivíduos, empresas e organizações.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO APLICADA NOS PROCESSOS COTIDIANOS DAS PENITENCIARIAS

Nathalia Januário Buono

Dentre as unidades penitenciárias que compõem a rede de atuação dos residentes técnicos de Londrina, é possível observar que, apesar da disponibilidade de tecnologia, muitos processos ainda são realizados em programas . Nesse sentido, torna-se evidente que a informatização de determinados métodos seria extremamente benéfica para a otimização do funcionamento das penitenciárias.

O fluxo intenso de entrada e saída de indivíduos privados de liberdade é registrado manualmente, assim como as chamadas diárias e os atendimentos técnicos diretos, tais como jurídicos, médicos e psicológicos. Portanto, visando aprimorar esses processos, seria interessante a implementação de soluções informatizadas.

Considerando a disponibilidade da tecnologia biométrica, o reconhecimento facial e a impressão digital poderiam ser utilizados no registro dos serviços mencionados anteriormente. Além disso, esses recursos poderiam ser integrados a outras funcionalidades, de forma que, ao ser reconhecida a biometria do indivíduo, uma interface interativa exibisse informações pertinentes, como histórico de faltas, visitas, transferência de celas, confirmação de recebimento de refeições e autorização de acesso ao pátio.

Ademais, essa tecnologia poderia também aprimorar os “pipos”, termo popular utilizado para se referir aos bilhetes enviados pelos indivíduos aos serviços disponíveis na penitenciária. A informatização dos “pipos” representaria uma melhoria significativa tanto para as pessoas privadas de liberdade quanto para os profissionais que prestam atendimento, uma vez que esse sistema reduziria a probabilidade de falhas, como esquecimento na entrega dos bilhetes, censura por parte de outros detentos e agilidade na comunicação com o destinatário.

Portanto, a implementação dessas medidas de informatização no sistema penitenciário de Londrina representaria um avanço importante para aprimorar a gestão e os serviços oferecidos, proporcionando maior segurança, eficiência e transparência, além de maior integração entre os processos, assertividade na gestão interna das penitenciárias e maior qualidade no atendimento aos indivíduos privados de liberdade.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

A INFORMATIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS E TRIAGENS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Rachel Ribeiro

Atuando como residente técnica em uma penitenciária estadual, foi possível detectar que um dos procedimentos realizados que ainda não é informatizado trata-se das triagens e dos atendimentos executados pelos profissionais de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem da Unidade.

Atualmente, todas as triagens e atendimentos de rotina realizados pelos profissionais técnicos são registrados por estes em formulários de papel, produzindo prontuários físicos que então precisam ser digitalizados e arquivados.

Este procedimento consome uma grande quantidade de recursos materiais, bem como o tempo de servidores que poderia ser melhor utilizado para o desempenho de outras funções. Ademais, tais prontuários de atendimento demandam amplo espaço físico para serem arquivados, uma vez que a Unidade conta com mais de 700 pessoas privadas de liberdade.

Desta forma, a informatização dos atendimentos feitos por estes profissionais poderia ser realizada através da criação de abas específicas para os mesmos, dentro do programa já utilizado pelo DEPPEN para a gestão da execução de pena o Sistema de Gestão de Execução Penal (SIGEP).

Estas abas poderiam ser desenvolvidas conforme a necessidade de cada área (Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem) para serem preenchidas durante o atendimento - o qual ficaria registrado com os demais dados no prontuário de cada interno, em um único sistema.

Algumas das vantagens que a informatização traria seriam: a economia no uso de recursos materiais, diminuição de espaço físico atualmente utilizado para o arquivamento de prontuários de atendimento, maior celeridade nos atendimentos realizados e economia de tempo em geral (já

que seria eliminada a necessidade de digitalização e arquivamento dos prontuários), além da centralização das informações sobre cada interno em um só sistema, facilitando o acesso quando necessário.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROTOCOLO E ARQUIVAMENTO NA DIPROM: OTIMIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DOCUMENTAL NAS PENITENCIÁRIAS DO PARANÁ

Rafaela Conte Soares

Atualmente toda Penitenciária no Estado do Paraná conta com um setor chamado DIPROM, que significa Divisão de Prontuário e Movimentação, este é responsável por toda a movimentação do interno, no caso de escoltas para o hospital ou fórum.

Além disso, é responsável pela custódia dos pertences dos internos, bem como por toda a documentação. A documentação dos internos é volumosa e são acondicionados em pastas físicas e gavetas de arquivos, ocupando um grande espaço físico.

Desta maneira, seria interessante informatizar esses arquivos, criando um sistema de protocolo e arquivos, assim facilitaria o acesso até por outros órgãos autorizados, que às vezes necessitam consultar a documentação de um interno. Além de facilitar também a eliminação dos documentos quando não são mais necessários.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

TECNOLOGIA E EFICIÊNCIA NO SISTEMA PENAL: CAMINHOS PARA A MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Rodrigo Ramos

A casa de Custódia de Maringá – CCM está localizada no município de Maringá e atualmente a unidade tem aproximadamente 1200 pessoas privadas de liberdade – PPL que em sua grande maioria ainda não foram julgadas. Dentro da unidade são realizados atendimentos na área do Serviço Social, Psicologia, Jurídico, dentre outros, mediante solicitação da PPL ou encaminhamento.

Para solicitar atendimento com os profissionais, o interno encaminha um bilhete escrito à mão para o setor que poderá atender às suas necessidades. Todavia, há várias manifestações, por parte dos encarcerados, de que as solicitações com teor de denúncias das violações dos direitos humanos não chegam ao destino desejado, haja vista que as suas solicitações não foram atendidas (como violências sofridas, urgência e emergência de saúde, questões delicadas do caso em que serão julgados, etc.). É importante ressaltar que os bilhetes não são recolhidos em envelopes lacrados e com destinatário, o único método que resta é entregar os bilhetes para os agentes penitenciários que, quer queiram ou não, terão de invadir a privacidade do recluso para prosseguir com a solicitação.

Nesse sentido, com o objetivo de modificar o método de comunicação entre os reclusos e os profissionais das diversas áreas, julgo como necessário a existência da confidencialidade entre as partes, pois nem sempre o interno quer compartilhar informações com outros profissionais além do solicitado. À vista disso, faz-se necessário pensarmos em tecnologias que atendem as demandas supracitadas, haja vista que a forma como está estruturada a comunicação inviabiliza o sigilo profissional e gera uma lentidão nos atendimentos solicitados, pois muitas das vezes a PPL encaminha mais de um bilhete com a mesma solicitação para o setor desejado.

Como solução para esse cenário, proponho totens de autoatendimento, conectados a uma rede interna de comunicação, para auxiliar na solicitação dos atendimentos aos reclusos, pois as demandas iriam diretamente para o setor capacitado tecnicamente para respondê-las. Na prática, teria vários totens distribuídos na unidade, onde a PPL iria se identificar e solicitar atendimento por meio de mensagem escrita ou mensagem de voz, automaticamente o setor solicitado seria notificado e, se necessário, seria agendado um atendimento presencial ou por chamada de vídeo, como acontece atualmente.

Diante do exposto, recorrer às novas tecnologias faz-se necessário para humanizar o atendimento, estabelecer uma relação confidencial com o interno e garantir segurança aos profissionais, pois áreas como Serviço Social, Direito e Psicologia tem como prerrogativa no Código de Ética a necessidade do sigilo entre as partes envolvidas, método diferente do que acontece atualmente. Desse modo, a tecnologia estaria a serviço de uma parcela significativa dos reclusos que recorrem diariamente ao método ultrapassado fora do sistema prisional para acessar os serviços da unidade.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA – SETOR D IPROM

Stephania Macedo de Vasconcelos

O setor Diprom da Penitenciária de Piraquara – PEP 1 - atua com abertura de prontuários criminais, movimentações e análises jurídicas no cumprimento a lei 13.769/2018.

Neste setor os serviços manuais ainda se dão por pastas físicas, onde são incluídos todos os dados do preso. Quando ocorre uma movimentação externa, seja de transferências de unidades, ou do regime no qual o detento se encontra, é feita uma análise jurídica nos órgãos da segurança pública, dentre eles estão o TJ, BNMP, POLÍCIA CIVIL, TRF4, ORACULO, SEEU, para verificar se não há pendências e se é seguro colocar em liberdade tal indivíduo, pois a PEP 1 trata-se de sistema de segurança máxima, ou seja, os detentos que ali se encontram fazem parte de facções criminosas, presos de alta periculosidade. No entanto, existe uma lacuna, pois o acesso se limita apenas à região em que o detento se encontra, dificultando assim, saber se tal PPL possui pendências em outros estados via internet, como é feito. Essa informação só é alcançada através de ligações telefônicas, algo totalmente moroso e arcaico nos dias atuais.

Sendo assim, a busca pela implementação de um sistema de integração nacional tornaria as informações mais precisas, o que desmantelaria a criminalidade evitando o retorno à sociedade de um agente de alta periculosidade.

Tendo em vista tal lacuna, se faz necessário o planejamento e a criação de um sistema que interligue todos os órgãos nacionais com a criação de uma senha chave para acessar os bancos de dados dos órgãos da segurança pública de outros estados.

Com a definição e o entendimento do problema, seria possível a criação de soluções alternativas, bem como, avaliação, escolha e implementação da solução, entre elas, a Identificação dos órgãos,

alinhamento estratégico; definição de objetivos; levantamento de requisitos de software; especificação de requisitos de software; cronograma de execução; documentação das tarefas; testagem de funcionalidades; testagem da usabilidade e aceitação;

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

DESAFIO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

Arthur José Borsato

A Defesa Civil necessita de um sistema de informatização com o desenvolvimento de softwares e o estabelecimento de processo de melhorias desempenha papel importante no progresso das atividades. A atenção dada à população pela Defesa Civil no campo físico está mais que satisfatória.

O quesito de T.I. apresenta deficiências, como por exemplo, a interface, que deve incorporar as funcionalidades com a escolha de tecnologias congruentes ao site. A prontidão do sistema de segurança cibernética é fundamental para a instituição devido às recorrentes invasões de hackers aos sistemas públicos de informação. A atualização de mecanismos simples deve ser considerada para a maior agilidade das equipes de resposta da Defesa Civil em tomadas de decisão.

A elaboração de uma plataforma digital para unir todas essas informações da Defesa Civil pode auxiliar a população na busca pela informação. Diversas análises são importantes, como a identificação de padrões no uso de algoritmos ou a Inteligência Artificial.

Em ocasiões de gerenciamento de crise, a Defesa Civil precisa implementar um monitoramento em tempo real com acesso para a população em geral, para que essa informação chegue em quem realmente está sofrendo aquele desastre e sua região de moradia.

Dessa forma, a Defesa Civil está no caminho certo e deve apenas se atualizar ao que a sociedade exige nos dias de hoje, que são tecnologia avançada e novos meios de comunicação com o público-alvo.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

RELATOS

CEPED/PR

CENTRO DE ESTUDOS

E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

A NECESSIDADE DE INFORMATIZAÇÃO NO DOMÍNIO DO CEPED/PR

Lorena Pioli Alberti Siqueira

A sede governamental do CEPED/PR (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres) tem seu valor e objetivos como órgão juntamente com a Defesa Civil do Paraná, caminhando com a FUNESPAR e os Portos do Paraná, elaborando e divulgando, especialmente, planos de contingência em casos de desastres ambientais. Além disso, organiza projetos como o Projeto Fauna ou o Projeto Verão, como meios de informatizar as pessoas sobre diversos temas relacionados principalmente ao meio ambiente.

Ao entrarmos em seu domínio por meio das mídias sociais, pode-se logo encontrar banners com publicações recentes, notícias, apoio, eventos, contato e localização; links para anuários, inventários, atlas, orientações e outros docs. publicados; nomes dos diversos projetos realizados pela sede. Porém, vê-se a necessidade de informatização na área, como com mais informações sobre os tipos de desastres ambientais e os planos de contingência no caso de ocorrência, o que fazer, quem contatar, casas governamentais similares, etc.

Com este desenvolvimento e investimento no seu sistema de serviço, o CEPED/PR pode cada vez mais contribuir para a conscientização e segurança pública, e a contingência de desastres.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Ceped/Pr. Centro de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres (org.)**. Site. Disponível em: <https://www.cepel.pr.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

PARANÁ. **DEFESA CIVIL. (org.)**. Site. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

DEFESA CONECTADA: ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO

Rafaela Sirino Pedro

A Defesa Civil desempenha um papel vital e crucial na proteção da população durante situações de emergência e nas respostas destas situações, tais como desastres naturais, acidentes e crises humanitárias, para melhorar a eficiência desse importante setor e cumprir sua missão de forma eficaz, é fundamental contar com um sistema de gerenciamento e compartilhamento de informações robusto e a informatização tem se mostrado uma ferramenta crucial no gerenciamento e no compartilhamento de informações, tendo assim dois dados, os dados abertos que são aqueles que podem ser acessados pelo público em geral, sem restrições de uso, e geralmente incluem informações sobre planos de contingência, procedimentos de evacuação, locais de abrigo, números de emergência, entre outros e que são essenciais para permitir que a população tenha acesso às informações necessárias para se proteger e tomar decisões durante uma situação de emergência e tem os dados fechados que são as informações mais sensíveis, como dados operacionais, comunicações internas, relatórios de danos, informações sobre infraestruturas críticas, entre outros que são acessíveis apenas para as equipes autorizadas da Defesa Civil e outras agências envolvidas na resposta a emergências, a proteção e segurança desses dados são fundamentais para garantir a eficácia das operações de resposta e a integridade das informações, atualmente, muitos procedimentos na Defesa Civil são realizados de forma manual incluindo a coleta de informações por meio de formulários em papel, comunicações por rádio, envio de relatórios físicos e compartilhamento de informações por meio de reuniões presenciais ou telefonemas os procedimentos manuais podem ser demorados, propensos a erros e dificultam o compartilhamento rápido e eficiente de informações em tempo real e, além disso, a falta de uma plataforma centralizada de informações

pode dificultar a coordenação entre as equipes de resposta e a tomada de decisão baseada em dados desatualizados pode estimular no atraso das respostas, falta de sincronia entre as equipes envolvidas e dificuldades na comunicação com a população que foi afetada e ao adotar tecnologias modernas terá uma área que se encarrega da função essencial de coletar, organizar, armazenar e compartilhar dados relevantes relacionados a situações de emergência podendo aprimorar sua capacidade e ainda possibilita uma tomada de decisões embasadas, uma resposta coordenada e uma proteção mais efetiva às comunidades em momentos críticos e coordenar efetivamente as ações de mitigação e socorro, portanto, a informatização dentro da estrutura da Defesa Civil oferece grandes benefícios significativos durante situações de emergência, no entanto, é essencial que esse processo seja planejado e implementado de forma estratégica, tendo um planejamento adequado que permite identificar as necessidades específicas, estabelecer metas claras e definir os recursos necessários para sua informatização e a importância do planejamento da etapa é fundamental e crucial, além do mais a informatização pode permitir a integração de tecnologias avançadas que ganhara na agilidade no gerenciamento de informações que proporciona uma melhoria substancial na velocidade e precisão do gerenciamento de informações críticas, compartilhamento eficiente de informações que durante situações de emergência, a coordenação e colaboração entre as diferentes agências envolvidas são cruciais e na análise de dados e previsão de desastres permitindo a utilização de algoritmos e modelos de análise de dados para identificar padrões, tendências e possíveis cenários futuros durante situações de emergência como sensores de monitoramento, análise de dados em tempo real, inteligência artificial e sistemas de alerta precoce, essas tecnologias podem melhorar a capacidade de prever e responder a situações de emergência, reduzindo o seu tempo de resposta e aumentando a eficiência das operações durante os desastres naturais e tendo acesso rápido e preciso a informações relevantes, como dados de localização, condições meteorológicas, infraestruturas críticas, rotas de evacuação, abrigos disponíveis, recursos disponíveis, entre outros permitindo uma tomada de decisão mais ágil e uma resposta mais efetiva e uma redução de danos, uma coordenação eficiente de recursos e comunicação precisa com a população afetada.

Em conclusão o planejamento é uma etapa fundamental para a informatização da área de gerenciamento e compartilhamento de informações na Defesa Civil e através de uma avaliação criteriosa das necessidades, definição de metas claras, identificação de recursos e estabelecimento de um cronograma de implementação, é possível garantir uma transição suave e eficiente para o uso de sistemas informatizados e assim tendo

um planejamento adequado estará preparada para colher os benefícios da informatização, melhorando a resposta a situações de emergência e protegendo efetivamente as comunidades.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **DEFESA CIVIL. (org.)**. Site. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SEGURANÇA PÚBLICA

Bruna Antunes Santos Soares

A segurança pública vem enfrentando uma série de problemas na atualidade. Os gestores e as autoridades constituídas não têm medido esforços no sentido de dar mais atenção a esta área, principalmente na busca por um atendimento melhor aos cidadãos e que estão sofrendo na pele a falta da prestação de um serviço qualificado. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) levam o conhecimento a qualquer lugar do mundo, bastando, para isso, que se disponha de equipamentos integrantes de sistemas computacionais e com acesso à internet, que levam ao usuário qualquer tipo de informação desejada e que seja suficiente para aumentar seu conhecimento.

As TIC podem contribuir com as organizações que prestam serviços de segurança pública, principalmente na gestão administrativa e operacional desses órgãos, uma vez que a inovação tecnológica oportuniza a adoção de vários sistemas de comunicações, haja vista que se tem em mente que essas tecnologias, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, traz motivação aos funcionários, resultando em aumento da produtividade nas áreas administrativas e operacionais das empresas públicas encarregadas da prestação de serviços de segurança.

Para citar algumas tecnologias que podem ser empregadas com sucesso na segurança pública, pode-se começar pela teleconferência e pela videoconferência, tecnologias que facilitam as tomadas de decisões na gestão administrativa e operacionais das instituições, pois podem ser utilizadas para a realização de reuniões à distância entre os mais diversos órgãos que compõem a estrutura orgânica das organizações policiais. O investimento em telefonia IP (Protocolo de internet) nesta área elevaria a qualidade dos serviços da instituição, tornando-a mais qualificada administrativa e operacionalmente e com importante redução de custos. O

RELATOS

PMPR

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

ensino à distância também tem sua importância na segurança pública, visando à qualificação dos funcionários e à formação do capital intelectual das instituições que operam na área. Essa tecnologia possibilita que funcionários do interior do Estado possam se atualizar com a participação em cursos de reciclagem, sem a necessidade de deslocamentos para a capital para frequentar cursos que possam ser ministrados à distância. No caso dos policiais, isso se torna ainda mais complicado, pois, para fazer um curso, ele não apenas se deslocaria, como diminuiria o efetivo da segurança de sua localidade.

Quando se refere à gestão operacional das instituições que lidam com segurança pública, com a utilização de TIC não se pode ficar alheio à inteligência, uma vez que esta destina-se à produção de conhecimento e é a que mais necessita de inovação tecnológica. Daí a importância que se dá a essa ferramenta, até mesmo porque se entende que: sem tecnologia da informação e comunicação não se tem inteligência.

Os resultados ou os produtos oriundos da análise criminal são imprescindíveis para o bom desenvolvimento da atividade de polícia, pois favorecem não só a tomada de decisões, mas também o planejamento organizacional e o planejamento operacional, possibilitando a distribuição mais adequada de recursos materiais e humanos, direcionados às operações especiais de unidades táticas e de operações preventivas, subsidiando, assim, o desenvolvimento das ações de segurança pública com vistas à redução dos índices de violência e criminalidade. Também se pode utilizar de sistemas de monitoramento de incidentes criminais a partir de mapas. Os mapas podem fornecer uma grande variedade de informações que incluem, mas não se limitam, à localização, à distância e à direção, bem como ao padrão de apresentação de dados pontuais ou de área. Cada tipo de dado significa coisas diferentes para usuários diferentes. Para a segurança pública, os mapas têm importância significativa, principalmente na formação de bancos de dados, com a utilização de mapas digitais georreferenciados, visando ao armazenamento de diversas informações sobre criminosos, grupos de criminosos (quadrilhas) e o crime organizado como um todo.

Verifica-se o quanto é importante a inovação associada às Tecnologias da Informação e Comunicação na segurança pública do nosso país, uma vez que se entende a informação como a principal matéria-prima utilizada pelos órgãos policiais, que detêm a competência para tratar a segurança pública, principalmente quando necessitam esclarecer práticas delituosas e que, em muitas situações, envolvem até mesmo o crime organizado, controlado por quadrilhas qualificadas e com tentáculos, em alguns casos, até no exterior. A grande dificuldade encontrada atualmente está na cabeça dos gestores das instituições encarregadas dessa prestação de serviço, que devem sair da mesmice e praticar inovação a qualquer custo. Para atuar na segurança pública, os gestores devem ser criativos, verdadeiros

empreendedores, caso contrário, estarão fadados ao insucesso e serão cobrados pelas principais lideranças da sociedade em que atuam. O que acontece atualmente, e que acaba criando problemas para os gestores desta área, é o fato de que eles têm dificuldade de lidar com novidades. Procuram fazer, e até mesmo atuar, olhando sempre para o retrovisor, ou seja, continuam praticando os mesmos atos que eram praticados por seus antecessores, não criam nem investem em novos modelos e esquecem-se de que possuem uma grande aliada, as TIC, que se bem utilizadas, facilitarão todo o tipo de trabalho que é realizado pelos órgãos encarregados da prestação desse serviço tão importante para a sociedade.

Todas as tecnologias mencionadas, seja a identificação por reconhecimento facial, seja a identificação biométrica, apenas para citar as mais importantes, já são existentes. Bastaria que houvesse, por parte dos governantes, maior vontade política para melhorar os investimentos realizados nessa área, visto que, em um segundo momento, tais medidas gerariam economia aos cofres públicos. Tal afirmação segue este raciocínio: atualmente, tanto os estados quanto o Governo Federal são alvos de frequentes ações judiciais de indenização, oriundas de erros cometidos por seus agentes por meio de prisões irregulares e/ou ilegais, levando ao cárcere pessoas que não deveriam permanecer ali, justamente por erros de identificação. Com a implementação das medidas apontadas neste trabalho, tais erros, se não eliminados, seriam reduzidos drasticamente, evitando, por consequência, um sem número de possíveis ações, que seriam fatalmente intentadas junto ao Poder Judiciário ante a manutenção dos moldes atuais das políticas de segurança pública, mais precisamente a utilização de meros veículos comuns, com pintura diferenciada e sirene e luz de emergência como únicos equipamentos disponíveis para abnegados servidores realizarem a segurança de qualidade a qual tanto necessita a nossa sociedade.

SAÚDE PÚBLICA

Já em relação a saúde pública, podemos dizer que o ambiente da saúde visa à melhoria e qualidade da gestão em saúde, com tendências e práticas em hospitais, instituições, clínicas, laboratórios e empresas desse segmento, com o objetivo de trazer mais conforto e melhores condições no atendimento aos pacientes (DIAS et al., 2018). Dentre as iniciativas capazes de melhorarem a gestão, o uso da Tecnologia da Informação contribui para a produtividade por envolver aspectos humanos, administrativos e organizacionais (RUSS; SALEEM, 2018). Com o auxílio da tecnologia de informação é possível monitorar os serviços de saúde e setores estratégicos na administração pública, conseguindo obter dados para verificar a fragilidade do serviço e o combate da corrupção e outras práticas ilícitas (BOCHENEK e PEREIRA, 2018).

Os benefícios dessas tecnologias, fortalece a capacidade de gestão e resultados, aprimorando comunicação, implementação de dispositivos “inteligentes” que possam se comunicar autonomamente ao longo da cadeia de valor, dentre outras funcionalidades, uma mudança de paradigma que está sendo discutida em todo o mundo (SANTOS et al., 2018). No campo da saúde, o processo de informatização não necessariamente diminui a exigência de número de funcionários, ao contrário de outros locais de trabalho, como os bancos. No entanto, o processo de informatização torna os gerentes e a equipe de profissionais de saúde responsáveis pela maneira como usam essa tecnologia. Portanto, obriga-os a aprender e adquirir habilidades além da assistência à saúde, como a compreensão de termos / tabelas / codificação, que são incorporados ao software, captando novos conceitos e aplicando-os em áreas específicas de sua rotina diária no local de trabalho (SILVA et al., 2019).

Atualmente a população em especial os usuários do Sistema Único de Saúde, buscam por soluções que facilitem suas vidas, em relação aos serviços de saúde, projetando uma comunicação mais próxima na administração pública da sua região e para subsidiar essa aproximação o uso da tecnologia da informação é fundamental nesse processo. Pois a tecnologia da informação juntamente com a gestão pública auxilia na tomada de decisão, organização, otimização de tempo, entre outros aspectos, além de acompanhar melhor o desenvolvimento das sociedades, que fluem para um mundo cada vez mais digital. A administração pública precisa se adaptar a realidade mundial e adequar seus recursos tecnológicos e humanos imposto pelo avanço da tecnologia e cumprimento da legislação que cada vez mais cobrará a prestação de contas e a integração do usuário do Sistema Único de Saúde (SILVA et al., 2019).

REFERÊNCIAS

BOCHENEK, Antônio César; PEREIRA, Jânio Luiz. **Corrupção Sistêmica no Brasil: enfrentamento e dificuldades**. revista jurídica da fanap, v. 5, n. 1, 2018.

RUSS, Alissa L.; SALEEM, Jason J. Ten Factors To Consider When Developing Usability Scenarios And Tasks For Health Information Technology. **Journal Of Biomedical Informatics**, v. 78, p. 123-133, 2018.

SANTOS, Rodrigo Vaz; TERRA, Ricardo. A Governança de Tecnologia da Informação em Hospitais Melhorando os Resultados Estratégicos. **Journal Of Health Informatics**, v. 10, n. 2, 2018.

SILVA, J. C. S.; PROCÓPIO, D. B.; MELLO, J. A. V. B. O Impacto da Tecnologia da Informação na Administração Pública: uma revisão sistemática. **P2P E INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 191–205, 2019. DOI: 10.21721/p2p.2019v6n1.p191-205. Disponível em: [HTTPS://REVISTA.IBICT.BR/P2P/ARTICLE/VIEW/4952](https://revista.ibict.br/p2p/article/view/4952). Acesso em: jun. 2023.

Tecnologias da Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos/Organização de Fernando José Spanhol, Giovani Mendonça Lunardi, Márcio Vieira De Souza. – São Paulo: Blucher, p. 206, 2016.

INFORMATIZAÇÃO DOS CENTROS ODONTOLÓGICOS DA POLÍCIA MILITAR: AVANÇANDO NA GESTÃO DE SAÚDE

Carolina Argenta

No contexto da Polícia Militar do Paraná (PMPR), uma área que necessita de informatização é a dos Centros Odontológicos. Atualmente, não há uma integração tecnológica entre os três espaços de atendimento odontológico em Curitiba, resultando em um sistema manual que dificulta o acesso e a organização eficiente dos dados de cada paciente.

Os Centros Odontológicos da Polícia Militar de Curitiba oferecem atendimento odontológico aos policiais e seus dependentes. No entanto, a falta de um sistema informatizado para gerenciar os prontuários dos pacientes acaba criando alguns desafios. Atualmente, os registros são feitos manualmente, o que dificulta a busca por informações, aumenta a possibilidade de extravio de exames e dados importantes, além de limitar a capacidade de análise e estatísticas precisas sobre a saúde bucal dos atendidos, principalmente os que compõem o núcleo de atuação da PMPR. No sistema de organização da Polícia Militar do Paraná existe um sistema chamado SAE, responsável por coletar e armazenar dados de cada policial. Entre esses dados, estão presentes atestados, férias, licenças e informações relacionadas à saúde geral obtidas a partir do Hospital da Polícia Militar (HPM). No entanto, esse sistema informatizado não está disponível nem relacionado com os Centros Odontológicos da PM, impedindo a existência de um histórico digital de prontuários e informações odontológicas, dificultando a acessibilidade entre os três Centros Odontológicos em Curitiba e impedindo maior detalhamento dos dados de cada policial.

Para desenvolver uma informatização eficiente dos Centros Odontológicos, é necessário que um planejamento estratégico seja estabelecido. Primeiramente, desenvolver um sistema de gestão integrada que permita o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes, garantindo a

segurança e a confidencialidade dos dados. Além disso, é preciso capacitar os profissionais odontológicos para utilizar o novo sistema de forma eficaz, com treinamentos e suporte técnico durante a fase de transição.

Ao informatizar os dados, será possível estabelecer uma rede de comunicação e compartilhamento de informações entre os três espaços de atendimento em Curitiba. Dessa forma, os profissionais poderão acessar os prontuários dos pacientes de forma rápida, podendo evitar a duplicação de exames e promover um atendimento mais qualificado e personalizado. Além disso, a base de dados da Polícia Militar referente a cada policial ficaria mais completa, podendo até mesmo esses dados serem usados para pesquisas e controle de estatísticas.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

INFORMATIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS DO CENTRO VETERINÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Cássia Rodrigues Duquia

A grande área da segurança pública apresenta muitas vertentes, dentre elas o serviço animal. Os animais de trabalho policial são principalmente equinos e cães treinados para diferentes funções como patrulhamento, busca de pessoas, armas e entorpecentes dentre outras.

O Centro veterinário da polícia militar armazena todas as informações desses animais de trabalho, e tem a função de zelar pela saúde destes. Se torna essencial o bom funcionamento no quesito de armazenamento e compartilhamento de informações relevantes para a saúde desses animais. Ocorre, portanto, a necessidade de informatização para armazenamento desses dados.

Nas esferas públicas muitas vezes ocorre o atraso na informatização em algumas áreas, isso por uma série de fatores, dentre eles a quantidade de informações ou mesmo a ausência de um sistema único para uso de dados. No centro veterinário da polícia militar muitos dos dados ainda são armazenados em ficheiros físicos, o que dificulta o compartilhamento de informações e localização de dados.

O uso de um sistema que receba esses dados e organize de uma forma de fácil utilização seria o indicado. O sistema necessitaria conter um local com dados fixos dos animais (tais como resenha, proveniência, linhagem) e pastas com informações que seriam atualizadas com o passar do tempo (como necessidade de intervenção médica). Para processos massivos (como realização de exames e vacinações recentes) seria interessante que o sistema acrescentasse automaticamente a informação na pasta de cada animal envolvido, facilitando o trabalho.

A implantação desse sistema seria uma medida que otimizaria o processo de coleta de dados em caso de procurar informações diárias ou mesmo em buscar padrões, o que permitiria identificar uma afecção comum em determinado mês e assim tomar medidas profiláticas, por exemplo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D.P.J. CAMPOS, R. **Definição de requisitos de software baseada numa arquitetura de modelagem de negócios**, Production, r18, 2008.

BELGAMO, A. **Estudo Comparativo sobre as Técnicas de Elicitação de Requisitos do Software**. Unimep, 2000.

CAMPOS, A.L.N. **Modelagem de Processos com BPMN 2ª edição** cap 4, pág.41, 2014.

CARVALHO, P.S. **Técnicas de Levantamento de Requisitos**, S.J. Rio Preto, 2009.

FARIA, A.N.N. **O Uso de Técnicas de Levantamentos de Requisitos para Inovação no Desenvolvimento de Software**, ALTEC, 2017.

TAYLOR, Robert S. **Value-added processes in information systems**. Norwood: Ablex Publishing, 1986.

VIEIRA, M.S. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 61, n. 1, p. 97-112, 2010.

TECNOLOGIA E CELERIDADE: UMA UNIÃO NECESSÁRIA

*Gislaine dos Santos Facco
Peterson Alex Rio Branco
Tiago Jansen*

Atualmente, o 1º Batalhão de Polícia Militar está com dificuldade no processo de retirada e devolução de equipamentos de trabalho como armas, coletes, munições e outros acessórios. Cada policial militar precisa ir pessoalmente ao depósito para buscar os materiais necessários, o que causa tumulto e até mesmo atrasos em alguns casos. Além disso, todo o processo é registrado manualmente, o que gera mais complexidade.

No momento da retirada, o policial precisa se deslocar até o almoxarifado, o que leva em torno de 15 minutos, incluindo o tempo na fila. Depois de solicitar os itens necessários, o policial precisa registrar manualmente cada item em uma tabela do almoxarifado. Ao final do turno, que tem duração de 6 horas, repete-se o processo para a devolução dos materiais. A tabela preenchida no momento da retirada é utilizada para registrar a entrada de acessórios.

Para solucionar esses problemas, a melhor solução é desenvolver e implementar um sistema informatizado com leitor de código de barras digital. Cada servidor e cada acessório teria um código de identificação. O leitor de código se comunicaria diretamente com o software específico, permitindo um processo prático de entrada e saída dos materiais. Essa tecnologia facilitará a logística do almoxarifado, fornecendo dados concretos e precisos.

REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS

Kelly Vanessa Pacheco

A dispensação de medicamentos é o ato de entregar a medicação prescrita pelo médico ao profissional de saúde que está prestando suporte ao paciente atendido pelo serviço hospitalar, seja ele no pronto atendimento, internamento ou em procedimentos cirúrgicos. Essa atividade é executada pelo setor de farmácia hospitalar, que consiste em uma equipe de farmacêuticos e auxiliares que ficam disponíveis para realizar a dispensação não só dos medicamentos, mas também de insumos e materiais médicos hospitalares.

O procedimento de dispensação, no Hospital da Polícia Militar do Paraná – HPM-PR, é realizado de forma “manual”. Ao receber a prescrição do paciente no sistema informatizado GSUS (Sistema de Gestão Hospitalar e Ambulatorial), o farmacêutico faz a análise da prescrição identificando o medicamento prescrito, horário para administração, concentração prescrita do medicamento e possíveis interações medicamentosas. A partir disso, a separação é feita de acordo com os horários de administração do medicamento, que são divididos em períodos: manhã, tarde e noite. Os medicamentos são inseridos em plásticos que possuem uma etiqueta com a identificação do paciente (nº do prontuário, nome completo, nome da mãe e data de nascimento) junto com os materiais médicos que serão utilizados para diluição e aplicação do medicamento como por exemplo: seringas, agulhas, diluentes para administração dos medicamentos, entre outros. Após esta etapa, o farmacêutico faz a dispensação no GSUS, digitando manualmente os medicamentos e materiais médicos incluídos no plástico com a identificação do paciente.

A implementação de um sistema com sensor de leitura de código de barras apresenta várias vantagens para a gestão do estoque da farmácia hospitalar. Com a leitura do código de barras, é possível fazer a

dispensação do medicamento correto, principalmente em relação a medicamentos que são prescritos de forma duplicada, prevenindo erros de dispensação e administração desses medicamentos. Além disso, este sistema proporciona maior controle de estoque de medicamentos e materiais médicos pois, a partir da leitura do código de barras dos produtos, o saldo do estoque estará de acordo com as dispensações realizadas.

Por tanto, a rastreabilidade que o sistema de código de barras proporciona, apresenta mais segurança ao serviço farmacêutico prestado pelo hospital, evitando assim erros que podem desenvolver problemas na saúde de pacientes atendidos e, também, maior controle sobre a gestão de estoque dos medicamentos e materiais médicos.

REFERÊNCIAS:

Brasil. **Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo**. Departamento de Apoio Técnico e Educação Permanente. Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar. Farmácia Hospitalar/Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. – São Paulo: Conselho Regional de Farmácia.

Farmácia do Estado de São Paulo, 2019. 4ª edição. Disponível em: <https://www.crfsp.org.br/images/cartilhas/hospitalar.pdf> Acesso em: jun. 2023.

Santos, Osmar; Sartori, Rosicler. **Implantação do sistema de código de barras no setor do almoxarifado do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt: Desafios e Perspectivas**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Joinville, 2016. Disponível em: <http://joinville.ifsc.edu.br/~bibliotecajoi/arquivos/tcc/gh/2016/161063.pdf> Acesso em: jun. 2023.

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE INFORMATIZAÇÃO DE ÁREA COMPONENTE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SESP/PR

Haryom Grigoletti Favaro

É possível afirmar que o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBM-PR) possui, atualmente, um sistema denominado “PrevFogo”. Responsável pelo gerenciamento eletrônico dos processos e documentos emitidos para a prevenção e combate a incêndios, o sistema está disponível no site institucional (<https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo>) e nele são realizadas as solicitações de licenciamento, renovação, acompanhamento do processo e acesso aos documentos e taxas.

Entretanto, tal sistema não permite que algumas alterações cadastrais sejam realizadas à distância pelo cidadão contribuinte, bem como rotineiramente apresenta falhas diversas. Sendo assim, faz-se necessário o desenvolvimento de novo sistema, com avanços e capacidades informatizadas ampliadas (como vem sendo feito atualmente, em conjunto com IEP e Celepar/Cast Informática).

Sendo assim, o atual PrevFogo, apesar de funcional, conta com muitos “bugs” e limitações funcionais, acarretando em agendamentos de atendimento ao público do CBMPR possíveis de serem evitados ao entregar ao cidadão a autonomia de fazê-lo de casa, por exemplo. Portanto, a capacidade ampliada do sistema atenderia boa parte da demanda relacionada às questões burocráticas do processo de vistoria, análise de projetos e fiscalização, atribuições do CBMPR.

Paralelamente, é possível citar a participação deste residente no Projeto SAC, da BM7/DAT da instituição citada (prints abaixo). Neste projeto, há o levantamento de informações acerca das dúvidas mais frequentes do cidadão para a construção de um FAQ possível de ser robotizado para atendimento, bem como a contratação de uma empresa responsável pela gestão de diversas posições de atendimento “0800” capazes de responder pelo Corpo de Bombeiros por todo o Estado do Paraná, em situações não

RELATOS

CBMPR

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

emergenciais, visto que o “193” existe para ocorrências emergenciais tão somente. Tal atendimento ao público já existe remotamente, porém, como atualmente não é algo padronizado, cada quartel conta com seu número próprio e sua maneira de atender os contribuintes, via e-mail, WhatsApp, telefone, etc.

Conclui-se, portanto, que tal área - atendimento ao público - seja objeto de estudo para sua informatização, algo de grande valia para a instituição, uma vez que é sabido que a estrutura pública carece de setores dedicados de atendimento ao público com qualidade e rapidez, afirmando o princípio da eficiência da administração pública.



REFERÊNCIAS

Do próprio autor.

ISBN: 978-65-88181-08-9

CRJ



9 786588 181089

